

**MOBILIDADES URBANAS E RURAIS OITOCENTISTAS
NO ALTO MINHO**

Henrique Rodrigues

Resumo

O presente trabalho consiste numa primeira abordagem à problemática das mobilidades a partir do uso de fontes processuais e nominais, usando para o efeito uma base de dados elaborada para a nossa dissertação de doutoramento. Para este fim seleccionamos os emigrantes que conseguimos identificar, recorrendo a modelos apresentados na metodologia de reconstituição de famílias propostos por Norberta Amorim, seleccionando os titulares de várias licenças de embarque. Para um movimento de cerca de trinta e quatro mil registos de viagens, em passaportes colectivos e individuais, mais de trinta e um por cento correspondem a mobilidades de torna-viagem. Se contabilizarmos apenas os naturais do distrito de Viana do Castelo, encontramos perto de vinte por cento de casos que representam, face ao fluxo documentado neste distrito, um regresso seguido da segunda viagem. Neste contexto, cartografámos as saídas e os reembarques no sentido de apurámos os impactos rurais e urbanos destas mobilidades. Perante estes dados faremos uma caracterização do “torna-viagem” de acordo com os perfis de alfabetização, evolução sócio-profissional, origem rural e urbana e outras variáveis que as fontes nos permitem analisar, tendo por orientação os movimentos do centro e da periferia em contextos da primeira viagem e dos reembarques por origem geográfica e destino.

Introdução

Os estudos sobre a problemática da mobilidade, feitos a partir de arquivos dos Governos Civis, permitem-nos um conhecimento multifacetado do fenómeno migratório para o século XIX ⁽¹⁾, conjugando sempre múltiplas variáveis de análise com a problemática da literacia, centrada nas abordagens às assinaturas existentes nos processos e nos Livros de Registos de Passaportes (LP). O congresso sobre *As Cidades na História* proporcionou-nos a reanálise deste fenómeno, centrando a nossa atenção na mobilidade urbana. Todavia, foi nosso entendimento que o segmento urbano e o rural deviam ser apresentados em simultâneo, para melhor avaliação deste fenómeno, mas também os contextos das mobilidades, onde se integram vários movimentos do torna-viagem. Para o efeito, seleccionamos 10571 travessias documentadas, das quais perto de quatro mil correspondem a emigrantes do retorno, seguido do reembarque ⁽²⁾.

Ao abordarmos estes movimentos, debatemo-nos com a questão da dicotomia rural/urbano. Que fluxos devem ser classificados do centro ou da periferia? Considerando como

¹ Apenas faremos referência às nossas dissertações de mestrado e doutoramento RODRIGUES, Henrique Fernandes - *A Emigração do Alto-Minho e a Miragem do Brasil, 1835-60*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado), 1991; *Alto-Minho no Século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento vols. I e II +cdrom), 2003.

² Ver quadros em anexo.

espaço rural as localidades onde não operam serviços dos municípios, o nosso pressuposto assenta numa classificação onde se incluem os centros da administração, as nove vilas do distrito e a cidade, Viana do Castelo. Assim, consideramos as sedes concelhias como pólos urbanos, embora estejamos perante alguns de dimensão reduzida. Partindo desta opção, separarmos o campo das aglomerações onde se encontram os serviços do foro autárquico, porque apresentam um desenvolvimento económico-social diferente das aldeias. Não se trata de definir cidade, porque esta questão foi de difícil demarcação, devido ao limite mínimo de habitantes, rede vial concentrada e urbanizada, capital administrativa, sede de bispado, entre outros elementos a considerar ⁽³⁾. Pretendemos abordar as mobilidades, separando os das vilas dos restantes, os rurais, de uma área com representatividade.

Assim, embora atentemos nas deslocações do centro, teremos sempre em linha de conta os da periferia, as paróquias de cada município, por forma a concebermos uma cartografia globalizante, mesmo que façamos mapas separados, a primeira viagem e as segundas travessias, os “reemigrantes”. O distrito de Viana do Castelo, foco principal deste trabalho, corresponde ao espaço geográfico para estudo destes fluxos, tendo em linha de observação o mesmo fenómeno perante a dicotomia do urbano versus rural.

Movimentos do Centro e da Periferia à Primeira Viagem

A mobilidade, quando observada por anos de emissão de licença, confirma a presença de uma dinâmica urbana com pouca expressão, na fase inicial do êxodo. Dos 3902 naturais do distrito de Viana do Castelo, pouco mais de cinco centenas intervêm nestas dinâmicas, o correspondente a 14,1%, provenientes da única cidade e das nove vilas do Alto Minho.

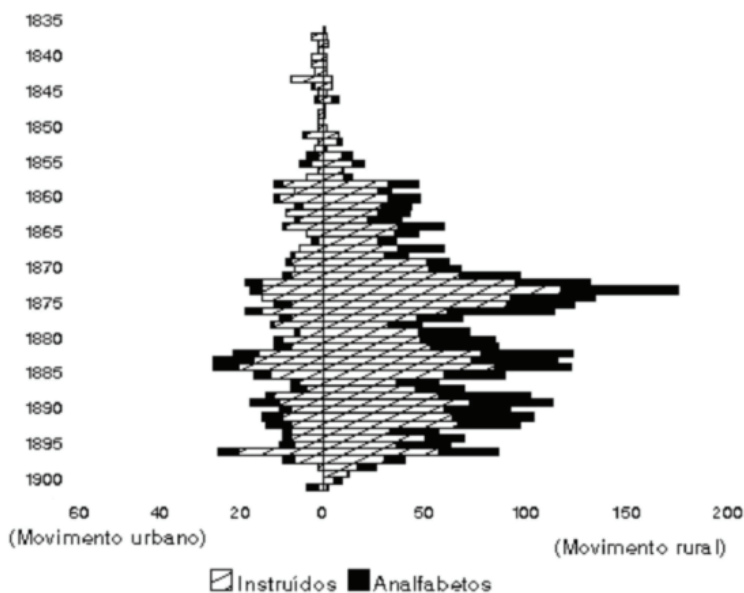
Os números são reduzidos, até meados da centúria, mas pautam o fluxo por uma lógica de equilíbrio. Mais notório é o peso do mundo rural, no período de crise dos anos cinquenta, quando estes indivíduos estão representados por mais de setenta em cada centena de ausências. Os valores crescem até ao final de oitocentos, sendo certo que a corrente desde 1861 a 1900 é dominada por 78,6% de pessoas vindas do campo, que mais tarde regressaram a casa e protagonizam novos embarques, a que podemos chamar “reemigrantes”.

A figura resume este segmento da diáspora, com as variáveis da instrução, através da qual fixamos o peso dos aldeãos neste processo, embora a aquisição de passaportes evidencie

³ Sobre a questão, ver MATOS, Paulo Lopes e MARQUES, A. H. Oliveira- *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 23-31; SALGUEIRO, Teresa Barata- *A Cidade em Portugal, uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1992. Sobre cidade e rede urbana, consultar GASPAR, Jorge- *Cidades*, in, BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Coordenação) *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, suplemento, Lisboa, 1999, pp. 314-316.

picos e quebras ocorridas com paralelismo, nos dois tipos de áreas em estudo. As décadas de setenta e de oitenta emergem como os períodos mais activos, fluindo nestes vinte anos 59,8% do caudal. O movimento dos burgos não acompanha tais debandadas, porque é nos últimos vinte anos da centúria que o fluxo urbano intervém com maior impacto.

Figura 1. Remigrantes à primeira viagem por anos de saída, instrução e áreas rurais/urbanas do alto-minho, entre 1835-1900



Ao tratarmos a instrução, encontramos uma percentagem muito acentuada de naturais das sedes de concelho, com médias de letrados superiores a setenta e oito por cento, mas é na mobilidade anterior a 1881 que os níveis de literacia se apresentam acima da barreira dos oitenta por cada cem embarques. Pela figura referida anteriormente evidencia-se a corrente urbana no triénio entre 1881-1883, a que se junta a evasão dos 1895. Mas, se o caudal de 1883 correspondeu a 77,8% de escolarizados das sedes administrativas, descobrimos, para 1895, um êxodo de 80,8% de indivíduos com assinatura do respectivo nome nos documentos. Estamos perante a fuga de quadros detentores de habilitações escolares, pelo menos ao nível de ler, escrever e contar.

Embora o corrimento dos centros seja diminuto, as ausências da década de setenta também não são as mais intensas no contexto urbano, ao contrário do constatado para o mundo rural, onde este fenómeno teve o maior impacto.

Do que acabámos de sublinhar, relativamente à saída de gente dos campos, assistimos a um fluxo menos qualificado, se considerarmos a presença de pouco mais de sessenta e seis instruídos por cada cem passagens de gente da periferia, todavia, esta diáspora também se enquadra nas fugas de gente letrada. A década de setenta, especialmente o quadriénio de 1871-1874, tem a marca de maiores impactos nestes êxodos, cabendo ao primeiro e último anos as melhores referências no domínio da instrução de emigrantes oriundos do campo. Há de setenta e dois por cada centena os indivíduos com firma pessoal nos livros de registos de licenças ou nos documentos processuais.

Ao olharmos, de novo, a imagem, onde cartografámos estes segmentos migratórios, deslindamos a existência de três ciclos formados por campestres bem proeminentes, distanciados cerca de uma década; os anos de 1872, 1881 e 1891 emergem como picos de cada um dos respectivos períodos. Todavia, aos dois primeiros associam-se outros corrimentos, como os que tiveram lugar em 1871/73 e 1882/83, assim como acontece em 1895, com avalanches agregadas àqueles ciclos.

Ao contrário do que temos constatado para outros cenários, nem sempre aos maiores caudais correspondem menores fluxos de instruídos, porque nos períodos de grandes evasões, como sucede na década de setenta, os anos de 1871 e 1873 destacam-se pelos volumes de alfabetizados nascidos no campo. Estes passam a fasquia dos setenta e dois por cada cem ausências, com mais de noventa indivíduos detentores de tal perfil, como podemos contemplar no quadro 1, em anexo. O ano de 1872, juntamente com os de 1875 e 1891, além de conterem os maiores cômputos de iletrados e sem referência à capacidade de firmarem, este último período (ano de 1891) por ter deixado sair indivíduos sem identificação do referido estatuto, são responsáveis por debandadas de elevados índices de emigrantes sem instrução declarada, com especial relevo para as ausências ocorridas em 1875, 1887 e 1891. Todos eles com mais de quarenta e três fugas deste perfil cultural em cada cem emigrantes, donde resulta uma cota de literacia reduzida, considerando os indicadores gerais de cultura letrada.

Assim, podemos inferir que os caudais da periferia, além de se inscreverem num movimento definidor destes surtos, arrastam os analfabetos nos momentos de grande pressão económica. Estes aldeãos também figurem entre os que se responsabilizaram pelo reembarque, porque o facto de não terem aprendido a ler e escrever não foi de todo impeditivo do refluxo e de voltarem a cruzar os mares, muitas vezes carregando os filhos ou mesmo toda a família para o Brasil. Ainda apurámos que estes remigrantes (emigrantes à primeira viagem que fizeram o refluxo), quer os provenientes das aldeias quer os nascidos nas sedes do município, desenham uma imagem cartográfica diferente das fugas com passaporte por Viana do Castelo no seu conjunto. Entre 1857 e 1869 encontramos um

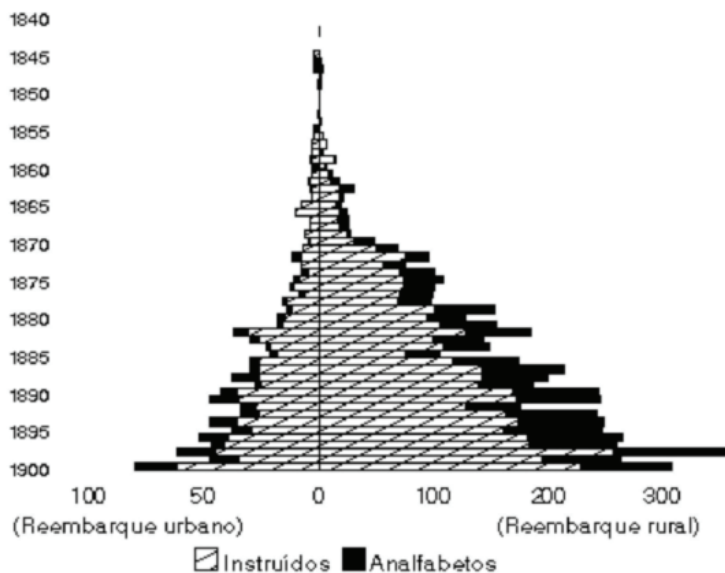
caudal estável, para assistirmos à debandada das maiores levas em 1870, fase de arranque de um primeiro grande ciclo cuja explosão tem o pico passados dois anos e a quebra mais pronunciada em 1877, momento em que se assiste a uma nova tendência de travessias destes emigrantes que regressarão a casa e voltarão à terra de adopção.

Refluxos e reembarques de rurais e urbanos

Se o quadro relativo à primeira etapa destes percursos evidencia uma distribuição onde emergem ciclos associados a crises económicas, o mesmo não ocorre relativamente a quem encetou a segunda travessia. A tendência mostra um constante evoluir de tais cruzamentos do Atlântico, de forma a encontrarmos na década de noventa as maiores enxurradas destes êxodos, quer urbanos quer rurais. Assim, apuramos um volume de reembarques correspondente a 94,4% entre 1871 e 1900.

À medida que se caminha em direcção ao final da centúria, estes movimentos crescem intensamente, fenómeno decorrente de um processo onde se verifica o efeito da “bola de neve”, sendo cada vez maior o número de intervenientes no reembarque.

Os naturais das vilas e da cidade de Viana do Castelo (os burgos) anunciam movimentos com indicadores bem expressivos de conhecimentos do abecedário, situados acima dos oitenta pontos, cabendo à deslocação ocorrida até 1870 a maior cota de assinaturas, com 94,2%, embora os números fiquem aquém da meia centena de ocorrência, mas quase todos estes indivíduos firmaram ao requerem as segundas viagens. Se na década de setenta se assiste ao embarque de 116 pessoas, a percentagem revela uma quebra para menos de oitenta e dois pontos. O fenómeno volta a ganhar vigor nos anos oitenta, face ao êxodo dos urbanos, cujas assinaturas correspondem a 84,2% das saídas nos dez anos referidos.

Figura 2. Reembarques urbanos e rurais por anos de saída e instrução entre 1842 e 1900

A figura 2, onde se comparam os valores por áreas de naturalidade e alfabetização, patenteia algum paralelismo na tendência destes reflexos seguidos de novas viagens, apresentando-se com um ritmo de crescimento constante. Se o ano de 1882 serve de marco, no contexto urbano, também o nível qualitativo, observado pelo número de pessoas embarcadas e instruídas, aparece balizado, entre 1878 e 1888, com maior percentagem de ilustrados. Mas, no período de final de século, o quadro mostra-se esbatido, devido à dinâmica de iletrados, embora os indicadores de assinaturas continuem acima dos setenta e dois pontos. A exceção encontra-se no caudal respeitante aos anos de 1884, 1889, 1890 e 1897, cujos reemigrantes eram, em grande número, pessoas habilitadas pelas letras, havendo, neste último ano, 87,2% de marcas de instrução e no de 1884 escaparam-se, pela segunda ou mais vezes, 91,3% de pessoas escolarizadas oriundas das zonas urbanas.

Dissemos que a cartografia destes reflexos seguidos de novo abandono da terra tinha paralelismo entre os do centro e da periferia, quando comparadas as curvas descritas, anualmente, mas o cenário campestre é diferente do que acabámos de traçar para os naturais dos centros administrativos. Por um lado, há indicadores gerais de instrução situados nos setenta pontos, por outro, nem sempre os anos de maiores contingentes correspondem a saídas desqualificadas, pois na década de oitenta estes emigrantes firmaram menos passaportes, destacando-se os emitidos em 1879, 1887 e 1895, cujos índices andam na

casa dos sessenta e seis pontos, quando os embarcados no último quadriênio da centúria representam os maiores volumes e posicionam-se, face aos instruídos, acima dos setenta e um por cada cem êxodos rurais.

Por fim, nestes quadros, os indicadores dos tempos do retorno e do reembarque, protagonizados por quem se ausentou, regressou e voltou a atravessar o Atlântico, nos últimos cinco anos de oitocentos, são escassos.

O número de segundas viagens cresce a um ritmo nunca visto entre os naturais das urbes e os nascidos nas aldeias do Alto-Minho. Quanto aos índices de ilustração vemos-os mais expressivos no seio dos emigrantes saídos dos centros administrativos, donde o podemos asseverar que os analfabetos, provenientes do mundo rural, não se coibiram de vir à terra e voltar a partir, especialmente no trânsito da centúria, assim como foram os primeiros a protagonizar os refluxos com mais expressão, a partir dos inícios da década de setenta, nunca mais deixando interferir na tendência de crescimento constante destes reembarques.

Primeira travessia por concelhos e instrução

Traçado o perfil global destes actores da mobilidade, face à periferia e ao centro, vejamos a composição relativa à origem geográfica, quer por municípios quer na distribuição cartográfica por freguesias, utilizando o quadro 2 com o movimento relativo ao primeiro passaporte, com as variáveis distribuídas por concelhos, alfabetização e espaços urbanos e rurais. Deparamo-nos, de imediato, com as evasões dos centros administrativos do litoral, como a cidade de Viana do Castelo e a vila de Caminha, pois todas as restantes sedes autárquicas exibem uma presença discreta. Embora estas duas terras, Viana e Caminha, apresentem os mais elevados cômputos à primeira viagem, as restantes patenteiam menores volumes mas, ao mesmo tempo, detêm indicadores de instrução muito apreciáveis, todas com mais de oitenta assinantes em cada centena de indivíduos, exceptuando-se os passaportes solicitados por naturais de Ponte da Barca e de Paredes de Coura. A vila de Valença do Minho emerge com mais de noventa por cento de letrados, embora os números respeitem a trinta e cinco embarques, dos quais trinta e três assinaram os passaportes.

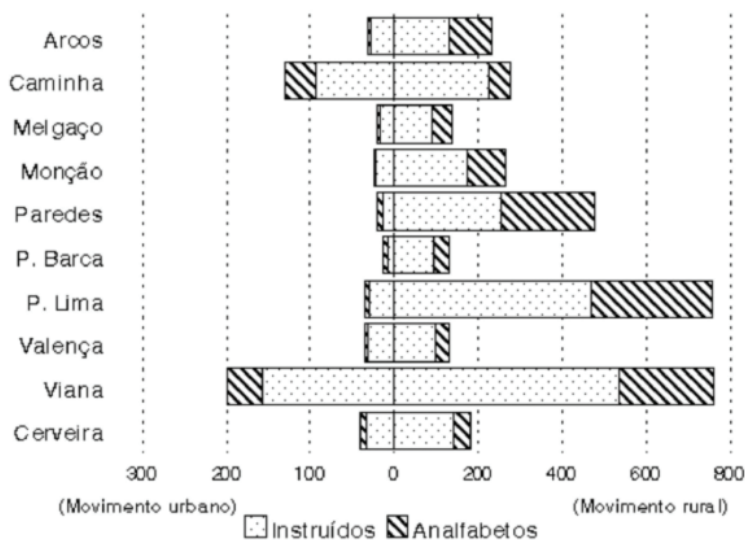
Pela figura 3 acedemos aos dados comparativos destes cenários, onde se patenteia o impacto rural dos vários concelhos. As evasões ocorridas a partir das aldeias de Ponte da Barca, Valença, Melgaço e Vila Nova de Cerveira ficam aquém das duas centenas em cada uma destas áreas, detendo todas elas a menor expressão neste contexto. A lógica do movimento rural está desenhada de forma diferente da descrita para o espaço urbano, embora as povoações de Viana do Castelo continuem na vanguarda de tais travessias; de imediato

vêm-se as paróquias de Ponte de Lima com números muito aproximados. Seguem-se os emigrantes oriundos do interior do Alto-Minho, onde o concelho de Paredes de Coura apresenta perto de meio milhar de pessoas com tais perfis.

Dissemos que a média de instrução, relativa a quem abandonou a periferia, rondava os sessenta e seis por cada centena, mas nem todas as paróquias contribuem de forma homogênea. Cabe aos nascidos em Caminha o melhor contributo, com um índice superior a mais de oitenta e um pontos; depois aparecem as aldeias da Ribeira Minho e de Viana do Castelo, ficando as povoações de Paredes, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima como as mais definhadas taxas de literacia destes indivíduos. A esta última área municipal (Ponte de Lima) cabe a liderança dos números absolutos de iletrados rurais, embora esteja representada por 62% de alfabetizados da periferia.

Face ao exposto, verificamos a existência de um maior equilíbrio entre as fugas do mundo rural e dos centros urbanos, sendo mais patenteado no litoral, como Viana e Caminha. As restantes localidades exibem uma fraca participação de quem nasceu nas sedes de concelho. O mesmo perfil mantém-se relativamente aos emigrantes reembarcados, embora a área de Caminha também se distinga pela existência do movimento de aldeãos.

Figura 3. Primeira travessia por naturalidade e espaços rurais e urbanos, entre 1835 e 1900



A lógica onde opera a instrução dos emigrantes, anteriormente descrita para quem saiu das urbes, altera-se ligeiramente à segunda travessia do Atlântico, pois vários municípios surgem como detentores de elevados indicadores de literacia, como Arcos de Valdevez, Monção e Valença, tudo áreas onde estes indivíduos exibiram, à hora do embarque, dotes para a escrita do nome, cujas proporções ficam acima dos noventa casos em cada cem.

A imagem traçada por quem abandonou o campo, regressou e voltou a sair, além de exibir bons índices de literacia, com 70,5%, não se apresenta homogénea, pois o interior, onde se encontram as aldeias de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e mesmo Ponte de Lima, posiciona-se abaixo daqueles indicadores globais, não ultrapassando os sessenta e sete pontos. De novo, encontramos as gentes das paróquias de Caminha com um movimento de elites letradas, considerando os 83,5% de firmas documentos na segunda fase da diáspora. Juntam-se a estes emigrantes os rurais de Viana e de Cerveira, Valença e Melgaço, todos acima da média anteriormente apontada.

Este quadro, pautado pela presença de indivíduos bem preparados pelas letras à hora do reembarque, mostra o sucesso da emigração conjugado com a instrução. As grandes diferenças de indicadores de literacia advêm da presença de pessoas sem idade para assinar à primeira viagem e ainda pelo facto de as termos encontrado em passaportes colectivos, sem a obrigação de firmarem os documentos, fazendo-o depois do refluxo. Outros deixaram repetidamente esta marca, donde resultam rácios por viagem e não por pessoa, assistindo-se ao duplicar dos documentos e das respectivas assinaturas.

Geografia dos remigrantes com o primeiro passaporte

Depois de termos analisado o movimento por espaços concelhios, – separando os nascidos nas sedes administrativas e os baptizados nas áreas rurais, aqui identificados pelas localidades sem o estatuto de vila ou cidade –, vejamos o impacto desta rede, pois a distribuição por aldeias proporciona uma imagem de cobertura alargada.

O fenómeno exhibe uma implantação onde os urbanos não sobressaem pois, quase sempre, em cada município há freguesias a ombrear com os evadidos dos burgos. O centro e a periferia envolvem-se no processo de remigração sem que as nove vilas do distrito de Viana do Castelo e a própria cidade comandem os caudais.

A leitura desta implantação, por paróquias de cada autarquia, permite-nos descobrir um foco intenso no coração do distrito de Viana do Castelo, onde as várias povoações de Paredes de Coura marcam boa presença. Desta área nem uma só aldeia deixou de contribuir com emigrantes envolvidos no refluxo seguido de novas viagens. A respectiva

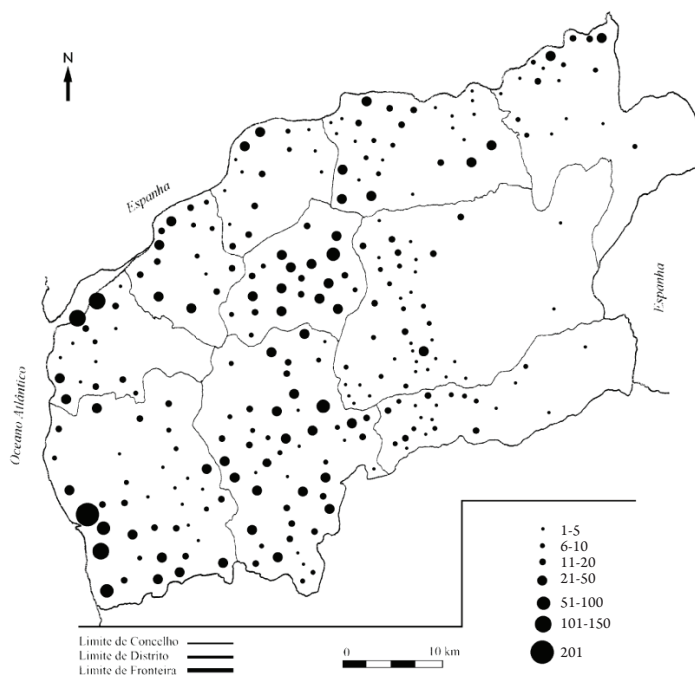
vila não lidera os quantitativos, pois os números de tais êxodos andam na casa das duas dezenas, quando a maior parte das terriolas deixaram abalar muitos patrícios. Com mais de três dezenas de casos existem os seguintes localidades: Castanheira, Mozelos, Infesta e Insalde. Padornelo e Bico, áreas de maior impacto, cabendo a cada uma entre 46 e 53 emigrantes com várias viagens.

Se as paróquias de Coura mereceram a nossa atenção, também o litoral revela bom impacto na vila de Caminha e na freguesia de Seixas, aldeia da mesma autarquia. Neste concelho, nota-se bem o ordenamento do litoral e do interior, onde Dem, Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de São João ficam pelo nulo, terras do interior sem emigrantes nas dinâmicas do reembarque.

As freguesias urbanas de Monserrate e Santa Maria Maior, juntamente com Anha, todas do município de Viana, emergem com mais de cem ocorrências. Nesta área também se observa o efeito de atracção sobre a periferia, embora a rede esteja mais densa no espaço balizado pelos rios Lima e Neiva. Se Anha lidera o processo, relegando para a segunda posição a paróquia urbana de Santa Maria Maior, outras povoações, como Darque e Castelo de Neiva, juntas são responsáveis pela fuga de 164 indivíduos com este perfil. Seguem-se, depois, as aldeias de Alvarães, Capareiros (Barroselas) e Vila de Punhe. A norte do rio Lima, a rede apresenta-se mais ténue. Todavia, ainda se nota a presença de emigrantes evadidos de várias localidades do interior, como Freixieiro de Soutelo, Amonde, Lanheses. O reparo final vai para o conjunto de aldeias atravessadas pela estrada de Viana a Vila Verde, desde Mazarefes até Carvoeiro, também com uma participação digna d e boa nota⁴.

⁴ No ano de 1883, estavam em condições de servir os utentes que circulavam no Alto-Minho mais de 47 Km de vias transitáveis e entregues para conservação. A distribuição era a seguinte: entre Caminha e Paredes 22.852 Km; a estrada número três (Viana-Ponte de Lima) tinha 11.864 Km preparados para circulação. A artéria que seguia de Darque a Freixo, com o número quatro, apresentava 12.637 Km em condições de oferecer a deslocação de pessoas e bens. Cf *Anuário Estatístico de Portugal, 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 466; *Relatorio da Comissao Executiva Delegada da Junta Geral do Districto de Viana do Castelo*, Viana, Typ. d'Andre J. Pereira & Filho, 1886, p. I; *Relatorio da Comissao Executiva Delegada da Junta Geral do Districto de Viana do Castelo*, Viana, Typ. d'Andre J. Pereira & Filho, 1883, pp. I-III, onde se descreve «o desenvolvimento das construções districtaes.». *Relatorio da Comissao Executiva Delegada da Junta Geral do Districto de Viana do Castelo*, Viana, Typ. d'Andre J. Pereira & Filho, 1885, P. III.

Mapa 1. Remigrantes à primeira etapa da diáspora por freguesias do alto-minho, saídos entre 1836-1900



Ponte de Lima mostra-nos uma malha bastante homogénea, onde só uma terra não consta nesta classificação, a freguesia de Ardegão. A própria vila confunde-se com algumas paróquias, havendo mesmo paróquias como: Calheiros, Ribeira do Lima, Arcozelo e Refoios do Lima a suplantarem o cômputo urbano. Temos, assim, um concelho a emergir no contexto de remigração pautado por um contributo onde existe alguma uniformidade e com várias terriolas a mostrarem alguma dinâmica.

O cenário muda de configuração à medida que caminhamos rio Lima acima, pois a autarquia de Ponte da Barca aparece com uma cobertura rarefeita. De um lado temos três paróquias afastadas desta cartografia mas, por outro lado, só quatro terras rubricam mais de uma dezena de êxodos, sendo certo que a respectiva vila não está na vanguarda das ausências, pois na linha da frente estão os naturais de Lavradas. De novo assistimos a uma implantação geográfica comandada pela periferia, ganhando o concelho de Ponte da Barca o aspecto da ruralidade neste contexto, dondo o podemos sublinhar que o movimento urbano dos reflexos não se destaca.

Ao caminharmos para Norte, segue-se Arcos de Valdevez, cuja cobertura também é parcimoniosa, alinhando-se a distribuição destes remigrantes de forma diferente de

outros sítios. São oito as povoações sem homens representados em mais de uma viagem. As aldeias de Sistelo, Portela, Senharei, todas muito afastadas do centro administrativo, na periferia do concelho, emprestam um perfil rural a esta diáspora e mostram que os seus habitantes tinham capacidades para emigrar, regressara casa e ausentar-se de novo.

As áreas posicionadas ao longo do curso fluvial fronteiriço, o rio Minho, reservam-nos uma surpresa, pois em Melgaço assistiu-se à diáspora de pessoas de todas as paróquias. Aqui, de novo, a liderança não cabe à freguesia da vila, porque é assumida por Cristóval, povoação situada no ponto mais a Norte do Distrito.

As terras de Monção continuam a comprovar o impacto provocado pelas localidades da periferia. Aqui, há dois locais não apresentam indivíduos registados neste quadro. As aldeias de Pias, no extremo Oeste, juntamente com Abedim e Portela, a Sudoeste, assim como Tangil, Merufe e Riba de Mouro, a nascente, são os motores desta dinâmica, embora a própria sede concelhia também figure entre os mais relevantes contributos. A imagem desta distribuição permite-nos inferir ver a dispersão pela periferia, relegando para segundo plano a posição urbana.

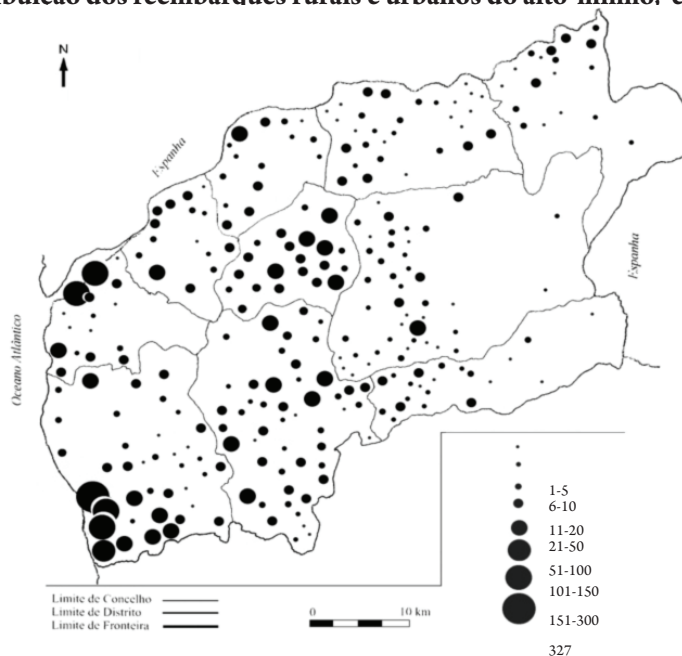
O quadro descrito para Monção tem paralelismo na malha correspondente ao município de Vila Nova de Cerveira. Aqui, como vimos relativamente a Paredes de Coura, qualquer lugarejo figura no mapa. A respectiva vila e a povoação de Sopo viram os seus naturais requerer mais licenças para a primeira evasão, seguindo-se Covas no terceiro lugar. Como noutros casos, também se encontra mais de um pólo nesta área geográfica, o que relega para uma posição secundária as saídas da respectiva sede administrativa.

Valença do Minho, à semelhança do que se constatou relativamente a Arcos de Valdevez, transforma-se na exceção, por serem os concelhos onde as urbes se destacam pelos quantitativos. Se a paróquia de Taião não tem lugar neste mapa, continuamos a observar uma malha favorável à diáspora dos nascidos nas aldeias.

Podemos asseverar que este movimento atinge todo o Alto-Minho e tem impacto muito acentuado no concelho de Paredes de Coura, mas são os naturais de Seixas e Anha, pertencentes, pela mesma ordem, às autarquias de Caminha e Viana do Castelo, que melhor acolhem o estatuto de terras de remigrantes, tendo protagonizado os maiores fluxos por freguesias na fase inicial da diáspora com várias viagens.

Acabámos de analisar o contributo de cada aldeia na primeira fase do êxodo, vejamos, agora, a distribuição dos movimentos respeitantes às segundas evasões, onde aparecem as várias viagens de cada emigrante, usando para o efeito o mapa 2, onde cartografámos a incidência do fenómeno.

Mapa 2. Distribuição dos reembarques rurais e urbanos do alto-minho, entre 1842-1900



A rede ficou mais densa e permite-nos ver de onde ocorreram movimentos em maior número. A nossa atenção continua a centra-se nas áreas de Viana do Castelo e de Caminha. Somos surpreendidos, no primeiro município, pelo volume das travessias de naturais de Darque e Anha, duas localidades que suplantam o caudal de cada uma das freguesias urbanas da cidade de Viana (Monserrate e Santa Maria Maior) Também a paróquia de Castelo de Neiva emerge com destaque, seguindo-se todo um conjunto de localidades da margem do rio Neiva, como: Alvarães, Barrocelas e São Romão de Neiva. A restante malha não destoa do quadro exibido com os cálculos de remigrantes no início das movimentações.

Em Caminha emergem, de novo, a respectiva vila e a freguesia de Seixas no comando desta diáspora. Todavia, devemos sublinhar o carácter urbano deste refluxo, seguido de novas travessias, pois o próprio centro autárquico apresenta-se como a freguesia de maior impacto em todo o distrito de Viana do Castelo. Também apurámos a existência de uma proporção regular destes caudais, embora tenha havido em Orbacém um total de movimentos três vezes superior aos indivíduos que fizeram mais de um embarque, da mesma forma como ocorreu relativamente às terras circunvizinhas, do concelho de Viana do Castelo.

Ao compararmos ambos os mapas pouco mais temos a sublinhar, além do que foi apontado. Mesmo assim, a seguir aos Arcos de Valdevez, Caminha e Valença, as restantes urbes patenteiam menor implantação relativamente a várias aldeias do Alto-Minho, donde o podemos afirmar que o reembarque não se apresenta num quadro pautado por uma posição dicotómica, centro e periferia, por não ser evidente a força centrípeta das vilas e cidade de Viana sobre o mundo rural.

Gerações de remigrantes por espaços rurais e urbanos

Organizámos os elementos colhidos para o distrito de Viana do Castelo numa tabela com as variáveis relativas ao primeiro embarque e à segunda viagem, distribuídas por espaços rurais e urbanos e ordenadas em conformidade com as capacidades de ler e escrever. A tábua número 3 permite-nos descobrir as gerações intervenientes neste processo em concordância com os espaços geográficos, assim como as mais dinâmicas do refluxo, quer ao nível da instrução, ou face a quadros de analfabetismo declarado. Façamos uma primeira leitura sobre a distribuição por gerações e instrução.

Os baptizados nas vilas entre 1845 e 1865 exibem, entre os urbanos, um índice superior a cinquenta e sete pontos à data da primeira travessia. Destas gerações destacam-se os nascidos no primeiro lustro de cinquenta, entre os quais há uma presença reconfortável de letrados, pois correspondem a 84,8%, embora o quinquénio seguinte também se apresente com mais de setenta e sete alfabetizados em cada centena de emissões. Com números mais reduzidos, mas com indicadores bem destacados, emergem os baptizados entre 1866-1875, o que mostra bem a influência do meio citadino no processo de escolarização, fenómeno decorrente da existência de professores oficiais em todas as vilas do Alto-Minho, por vezes secundados por outros do ensino privado, quer sejam educadores laicos (⁵), ou mesmo elementos com formação eclesiástica.

Se os emigrantes oriundos dos centros administrativos tinham acesso fácil às letras e se as aldeias nem sempre contavam com a presença de agentes culturais capazes de proporcionarem o contacto com o escrito a todas as crianças, vejamos em que épocas nasceram os do mundo rural do distrito de Viana, entretanto alfabetizados para protagonizarem uma viagem, seguida do regresso e de novas partidas, formando-se, assim, o refluxo e reembarque de aldeãos.

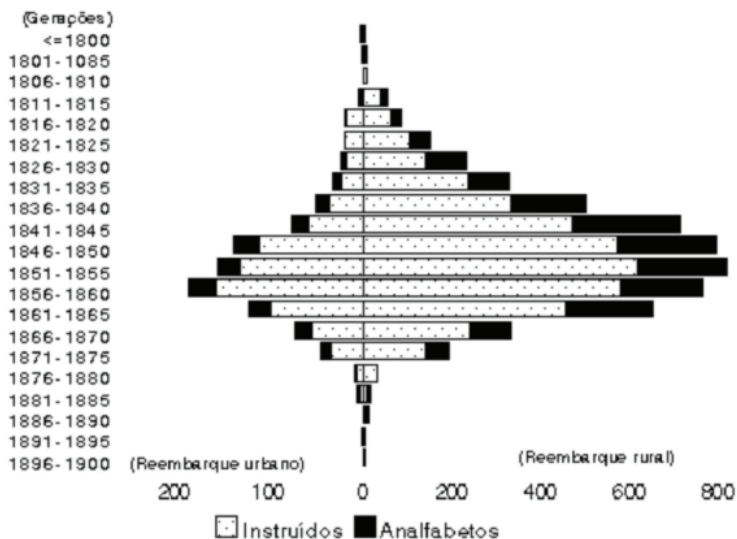
⁵ Também devemos sublinhar a intervenção do ensino nocturno para adultos e crianças que não conseguiram alfabetizar-se, recorrendo a este complemento de formação, assim como a acção das escolas dominicais, podendo muitos jovens aprender a ler e a escrever no fim da adolescência e outros na idade adulta, como referimos na primeira parte desta dissertação. Ver também AZEVEDO, Rodrigo Martins Pinto de- *Alfabetização, Escolas e Professores em Guimarães, o.c.*, p. 384.

A década de cinquenta, tal como se observou anteriormente, continua a ser o alfobre de indivíduos figurados intensamente nesta diáspora até ao virar da centúria, com destaque para os vindos ao mundo nos primeiros cinco anos, ao contrário do quadro registado para os colegas evadidos das vilas. Apurámos, entretanto, que as pessoas do mundo rural, germinadas no segundo lustro de cinquenta, detêm indicadores de literacia, à data da primeira fuga, superiores a setenta pontos. Este perfil reflecte os resultados da existência de uma rede de estabelecimentos de “ensino livre” nas várias paróquias, quando a instrução pública estava pouco disseminada no interior. À medida que recuamos no século XIX, estes indivíduos aparecem com percentagens de alfabetização mais fracas, considerando os índices abaixo da média, como acontece face aos de 1831-1845. Estes denunciam a falta de oportunidades de aprendizagem das letras, devido à interioridade e à inexistência de quadros capazes de proporcionar o acesso à escola na época todavia, tal facto não foi de todo impeditivo da ida para o Brasil ou outras terras, tendo alguns regressado e voltado a cruzar os mares.

Refluxo e reembarque por gerações rurais e urbanas

Além dos elementos constantes no quadro 3, elaborámos a figura 4, onde cartografámos, por áreas e alfabetização, as gerações intervenientes neste fenómeno, a partir do refluxo. Confirma-se a presença de indivíduos dos centros municipais nascidos mais tarde e existência de pessoas das aldeias vindos ao mundo a partir da década de trinta, todavia coexistem emigrantes baptizadas desde os inícios da centúria. Os “cidadinos” detêm maior expressão no grupo gerado entre 1846-1865, sendo a liderança dos movimentos da responsabilidade de quem viu a luz do dia depois de meados da centúria.

Figura 4. Reembarque de gerações migrantes urbanas e rurais por instrução entre 1842-1900



As pessoas provenientes do campo formam um grupo ao longo de trinta anos e, desde 1836 a 1865, assomam a liderança da segunda fase das evasões. Continuamos a encontrar mais travessias feitas por quem foi procriado durante o primeiro lustro da década de cinquenta, embora o quinquênio anterior também tenha um lugar de bom destaque nestes caudais.

De novo os dos burgos configuram um refluxo altamente classificado relativamente a quem recebeu nasceu depois de 1850, pois os indicadores desta variável estão posicionados acima dos oitenta e quatro pontos. Esta observação confirma a existência de maiores fugas de indivíduos nascidos depois de meados do século detentores de competências para assinar o nome, pois obtiveram licença de saída, regressaram e voltaram a abalar de aldeia, gente esta com idade de 40 a 50 anos no trânsito para novecentos.

No cômputo geral, se a liderança dos volumes à primeira viagem é assumida pela faixa dos vinte e dois anos, os de doze e treze juntos contribuem com maior quantitativo. O refluxo emerge articulado com os movimentos de adultos dos vinte e um aos vinte e sete anos, aos quais se associam as crianças embarcadas com doze e treze, regressadas volvida uma década ou mais, pois são estes os níveis etários mais representativos nas primeiras viagens de quem regressa e volta a evadir-se.

Se a pirâmide formada por estas gerações ostenta um quadro mais activo de indivíduos dados à luz maioritariamente em duas décadas, o cenário exhibe outra distribuição, quando

se analisam os números relativamente a cada quinquénio, porque os rácios de instrução de urbanos - além do que já sublinhámos face à existência de cotas elevadas de fugas com marcas de assinaturas de quem requisitou licença - são elevadíssimos, em determinados momentos, como acontece face aos dos princípios dos vinte, todos eles emigrantes instruídos. É entre os da década de trinta e os do segundo lustro de sessenta que mais se afirmam os reembarques provenientes dos centros administrativos, os quais se pautam por uma boa preparação nas letras.

Os da periferia não exibem um quadro igual ao traçado anteriormente, quer porque encontramos mais casos sem referência às capacidades de ler e escrever quer porque os ritmos das gerações formam ciclos de quinze anos. Também há pessoas do início da centúria inseridas em rácios de alfabetização elevados, como acontece para a meia dúzia de baptizados entre 1806-1810, todos eles conhecedores do abecedário. Da mesma forma, o grupo vindo ao mundo no lustro de 1876-1880 é formado por 93,3% de emigrantes habilitados para firmarem o nome. Depois assomam os casos sem referência à instrução arquitectados maioritariamente em redor das gerações germinadas a partir de 1885.

Ao centramos a nossa atenção no corpo mais volumoso, deparamo-nos com a presença de destituídos de conhecimentos do abecedário entre os fecundados no primeiro período dos anos quarenta, com 34,2% de iletrados. Os colegas do quinquénio anterior também andam próximos destes indicadores, embora sejam em menor volume. Continuamos a ter na primeira geração dos anos cinquenta uma boa presença de gente capacitada para firmar o nome, pois representam mais de setenta e cinco casos em cada centena e compõem um grupo com 615 movimentos de naturais das aldeias com mais de uma viagem.

Em síntese, o mundo rural contribui com emigrantes mais idosos do que os oriundos dos burgos, pois a liderança dos primeiros ocorre com a participação dos procriados entre 1851-1855, quando o espaço urbano encontra na geração seguinte, 1856-1860, maior volume de reflexos. No conjunto destes movimentos, desponta uma pirâmide com o vértice formado por três grupos nascidos entre 1846 a 1860, operando-se uma quebra acentuada entre os baptizados depois de 1865-70. A participação nos reembarques esvai-se ou torna-se insignificante, relativamente aos nados no último quartel de oitocentos, pois, os caudais, dos que conseguiram fugir da terra, regressaram e voltaram a evadir-se de casa até 1900, data limite do nosso estudo, são parcimoniosos. A terminar, concluímos que os grandes volumes de movimento de instruídos aqui representados nasceram na década de cinquenta. Nestas trajectórias operaram duas gerações beneficiadas pelo ensino particular existente nas aldeias, rapazes que abalaram do interior, atingiram os objectivos inicialmente propostos, regressaram ao local de naturalidade e voltaram para a terra onde o sucesso foi um êxito, geralmente o Brasil.

Níveis etários por áreas na primeira fase da diáspora

Saber com que idade os emigrantes do distrito de Viana do Castelo iniciavam a diáspora e qual o nível etário representado à data do refluxo, tudo organizado de acordo com a origem por áreas de centro ou de periferia e, ainda, apurar a instrução destes actores na hora do embarque, obrigou-nos à reorganização dos dados no quadro 4 e a cartografar estes elementos, para podermos visualizar a representação do fenómeno, face aos dois momentos, o início da partida e tempo do retorno à terra de naturalidade seguido de nova evasão.

A pirâmide arquitectada pelos que saíram dos burgos assenta numa base muito jovem, centrada em crianças dos 12 aos 14 anos, e caracteriza-se pelos elevados índices de literacia, marcas de escolarização também observáveis entre os adolescentes e mancebos até à idade dos vinte, mais de 93% de instruídos. Importa assinalar a existência de um só caso sem assinatura nos documentos entre os de 12 a 14 anos. Se, a partir dos vinte e cinco anos, os volumes invertem o sentido da pirâmide, também o analfabetismo emerge entre emigrantes mais idosos das urbes, por não terem acedido à aprendizagem das letras. Daqui resulta um quadro onde os instruídos até aos vinte e cinco anos correspondem a 63,5% desta variável, confirmando que estes emigrantes nascidos no centro preparavam o embarque, atravessando o Atlântico muito novos e habilitados, o que lhes proporcionou o retorno a casa e o tempo suficiente para protagonizarem o reembarque.

Os jovens citadinos definem a estrutura dos respectivos movimentos, mas o mesmo cenário não é visível relativamente à juventude nascida no campo, embora os rurais assaquem responsabilidades bastantes nestas trajectórias.

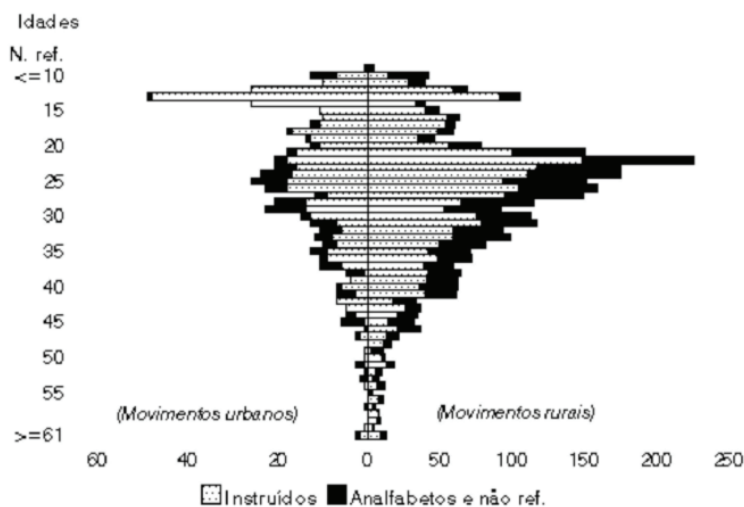
Temos a oportunidade de comparar duas variáveis, através da figura 5. A primeira constatação conduz-nos para a estrutura da pirâmide formada pelos da periferia, cuja base principal é da responsabilidade dos emigrantes dos vinte e um aos vinte e sete anos, detendo os de vinte e dois maiores compromissos nestes caudais. Embora os menores de catorze do campo avoquem uma participação mais evidente do que os mancebos, estes, dos quinze aos vinte, destacam-se pelos níveis de alfabetização, superiores a oitenta pontos em cada centena de saídas, o que se explica considerando que os rapazes da periferia, mandados pelos progenitores para o Brasil depois dos treze anos tinham de fazer fiança. Quando assim acontecia, a família mostrava ser detentora de um estatuto económico com algum destaque. Muitas vezes eram jovens em fase de escolarização, a quem os pais tinham dado oportunidade de se habilitarem para seguirem rumo ao Brasil.

Se a estrutura da pirâmide está truncada entre os adolescentes e se começa a adelgaçar dos 22 até aos 60, convém sublinhar a presença de uma percentagem cada vez mais elevada de

analfabetos, especialmente depois dos trinta, pois os adultos das áreas do interior, até esta idade, ainda se fazem representar por mais de 64% de indivíduos letrados.

Em síntese, apurámos a existência de lógicas diferentes e tempos de partida dessincronizados; de um lado, os dos burgos a requererem os documentos de viagem muito novos, ⁽⁶⁾ quando adquiriram competências para a comunicação pelo abecedário; do outro lado, os rurais, mais velhos, depois de passada a fase de cumprimento do serviço militar e menos preparados pela escola, aparecem com maiores percentagens de incultos. Os jovens e os adolescentes evadidos das aldeias, dos onze aos vinte anos, num total de 606 casos, figuram com 81,7% de letrados e contracenam com os colegas do centro, dando nota da importância detida pelas redes escolares da periferia, quase sempre de carácter privado.

Figura 5. Movimentos urbanos e rurais com um passaporte por anos de idade e instrução, saídos entre 1835-1900 níveis etários dos reembarques do centro e da periferia



⁶ A circulação de conhecimentos e o acesso à informação relativa aos contextos migratórios, destacando-se aqui o teor legislativo referente à problemática do serviço militar, muito devem ter contribuído para que os jovens dos burgos tenham partido antes dos outros colegas nascidos na periferia, por isso penalizados com as fianças. O levantamento feito nos *Livros de Registos de Fianças*, até ao ano de 1871, prova-nos bem esta teoria, considerando que 74,6% dos que fizeram esta prova, para efeitos do cumprimento legislativo referente ao serviço militar, eram jovens nascidos nas aldeias. Ver esta fonte relativamente aos anos de 1857-1870, existentes no A.G.C., cotas 1.4.5.13 a 1.4.5.16, trabalho em fase de conclusão, cuja base de dados foi iniciada depois de termos concluído esta parte da dissertação, razão impeditiva para inserirmos aqui conclusões mais apuradas.

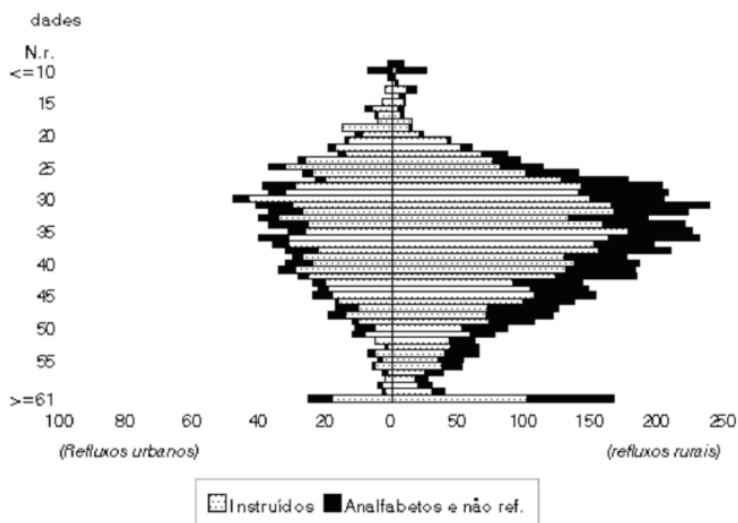
A etapa complementar da diáspora, ocorrida após o refluxo, não se insere numa matriz previamente definida por estes actores, porque a origem geográfica, relativamente aos do centro e da periferia, interfere da mesma forma como ocorreu em relação à obtenção do primeiro passaporte, pois o facto de se ausentarem mais tarde também acaba por originar, quase sempre, um regresso com mais idade.

Cartografámos os níveis etários de acordo com o nascimento nos centros administrativos e na periferia, assim como a variável da instrução, o que permite descobrir se o analfabetismo também define estes ritmos, como se contempla através da figura 6.

Detenhamo-nos no primeiro grupo, os nascidos nas vilas do Alto-Minho e na cidade de Viana do Castelo. Há menores de vinte a requerer mais de uma autorização de embarque e, entre eles, os de 13, 15, 18 e 19 não apresentaram analfabetos declarados, à data da obtenção da segunda licença. Ao atingirem a casa dos trinta, estes urbanos definem a fase descendente da pirâmide, todavia, a composição dos níveis etários permanece com uma imagem bastante equilibrada e revelam o regresso destes emigrantes a casa, seguido de nova travessia pelos 24 e 25 anos, havendo um movimento com menor intensidade nos dois períodos seguintes, para novamente se assistir ao reembarque de urbanos. O auge é atingido no início dos trinta e tais êxodos assomam 89,6% de assinaturas firmadas nos documentos.

A imagem anteriormente citada, onde estão reunidos os números referentes às segundas travessias, permite-nos lobrigar a concentração destas saídas com uma faixa etária ampliada entre os 25 e 45 anos, pois, tal volume equivale a mais de 67% do refluxo urbano aqui tratado, embora os indicadores de alfabetização não passem dos oitenta e um pontos percentuais, isto é, apresenta-se ligeiramente acima da média deste corrimento. Também concluímos que a diáspora dos mais novos corresponde a indivíduos com melhores referências à instrução, porque dos dezasseis aos vinte só 5% não apensaram o nome aos documentos, assim como dos 21 aos 25 há 89,5% de abandonos da terra cujas licenças foram rubricados pelos respectivos punhos. À medida que os níveis etários são mais elevados, o perfil de instrução também é mais débil, especialmente entre os da casa dos trinta e um aos quarenta anos, situação decorrente da presença de adultos analfabetos saídos tardiamente, por isso também operam no reembarque pessoas de idade avançada e nas mesmas condições de cultura letrada.

Figura 6. Reembarque rurais e urbanos por anos de idade e instrução entre 1842 e 1900



Os rurais arquitectam, à segunda passagem da fronteira, uma distribuição diferente dos colegas nascidos nos centros urbanos. Além de apresentarem um perfil etário mais envelhecido, são de pouca expressão os casos com menos de vinte de idade, embora tenhamos registado alguns jovens na companhia dos pais, desde tenra idade. O topo da pirâmide é formado pelos adultos de trinta e um anos e o grande corrimento é composto por pessoas dos vinte e cinco aos quarenta e cinco, representado 67,9% de aldeãos com vários passaportes. As fugas continuam a ser protagonizadas por outras intervenientes mais idosas, destacando-se o volume dos maiores de 60 anos.

À excepção do que acontece aos de trinta e um anos, os restantes desta faixa etária, além de movimentarem maiores caudais também exibem indicadores de instrução acima da média, relativamente aos baptizados no mundo rural, quando a primeira saída com estas idades evidenciavam índices baixos, pois encontramos-nos perante um retorno seguido de nova partida daqueles jovens expulsos de casa dos onze aos vinte anos. De tal quadro, podemos inferir que era volvidos dez ou mais anos que se regressava, ⁽⁷⁾ quando a evasão ocorria durante a juventude, assim como são os alfabetizados que mais viagens fizeram, pois, caso contrário, os indicadores de ilustração não teriam subido para índices superiores a setenta pontos.

⁷ O inferirmos que o tempo do refluxo mediava cerca de uma década não corresponde ao imaginário do retorno, muitas vezes situado nos três a cinco anos, porém, conseguimos apresentar elementos quantitativos da duração das viagens, como veremos mais adiante.

Quadros sócio-profissionais dos burgos e das aldeias

Os movimentos estudados mostram-nos, ainda, outras características do perfil sócio-profissional e cultural, pois um bom número de emigrantes indicou o mester desempenhado, no momento em que eram requeridas as licenças, quer à primeira saída quer na qualidade de reembarcados e mesmo durante o refluxo. Estes elementos relativos à ocupação - além de proporcionarem uma visão da evolução das actividades e, acima de tudo, social, alguns deles no topo de pirâmide ao fim de várias viagens - são úteis quando cruzados com os indicadores de instrução e a origem geográfica, além de permitirem um enquadramento por estado civil.

Devido ao número de exercícios que nos é oferecido pelas variáveis indicadas, trataremos ambos os fluxos, para compararmos os ofícios de maior mobilidade, relativamente aos provenientes dos meios urbanos e aos oriundos do campo. Destes exercícios resultaram vários quadros com os mesteres, separando a primeira saída dos reembarques. Estes englobam todos intervenientes nas várias passagens da fronteira com autorização emitida em Viana do Castelo.

Profissões à data do primeiro passaporte

Distribuímos estes caudais por estado civil e instrução, tendo como orientação principal o mester e a origem geográfica, divididos entre os dos campos e os das urbes, tudo estruturada na tabela 7. Daremos realce aos ofícios mais valorizados socialmente e posicionados no topo da pirâmide e, ao mesmo tempo, observaremos os da própria da base ou das franjas.

Como era espectável, os lavradores emergem neste contexto como força rural de maior impacto, mas empobrecem os índices de literacia, pois os celibatários instruídos rondam os sessenta em cada cem e os restantes, casados e viúvos, andam dois pontos abaixo, donde resulta, para este grupo proveniente das várias aldeias do distrito de Viana do Castelo, um indicador de cultura letrada situado nos 59,5%. Este valor, considerando outros estudos por nós apresentados não pode classificar-se como pobre. Saliente-se o facto de estarmos perante 1783 indivíduos de todos os estados civis, protagonistas do refluxo, o correspondente a 53,2%, por isso detentores de grande peso neste tipo de diáspora do “torna viagem”.

Ao olharmos para a tábua referida, onde constam os das urbes, ainda descobrimos alguns casos com este perfil, todavia, expressam apenas 12,5%, sendo mesmo destronados do comando de tais movimentos. A preparação na leitura e escrita suplanta ligeiramente a dos lavradores rurais, com realce para os celibatários, o que não acontece com os restantes, casados e viúvos, onde os totais de letrados pouco mais são em relação aos analfabetos.

Depois dos emigrantes ligados às lides agrícolas figuram os pedreiros, perfazendo estes artistas um total superior a três centenas de êxodos e rondam os oito indivíduos por cada centena de ausências. Estes mesteres, na grande maioria oriundos de zonas rurais, mostram um perfil mais envelhecido e são dominados por homens com incumbências matrimoniais, embora exibam conhecimentos do abecedário acima da média, pois todos eles juntos rubricam 68% de documentos firmados. Os solteiros assumem compromissos por tais indicadores, ao anunciarem 71% de letrados, cabendo aos restantes estados civis um percentagem abaixo da média, com um total de 99 passaportes certificados pelos respectivos punhos. Esta referência ganha importância, porque os jovens evidenciam maior proximidade da cultura das letras do que os casados vindos das mesmas áreas.

Devemos sublinhar, ainda, a escassa representatividade de trabalhadores do granito nascidos nos centros urbanos. Assim, lavradores e pedreiros “torna viagem”, duas grandes forças profissionais representadas por 55,4% do movimento, maioritariamente provenientes da periferia ⁽⁸⁾.

Outras actividades, ao contrário das anteriores, têm origem no litoral, especialmente em Viana e Caminha, destacando-se os homens ligados às lides da pesca e ao trabalho em embarcações. Com um número pouco superior a duas centenas de indivíduos, os solteiros destes ofícios nascidos na periferia deixaram boas marcas literacia, embora os casados e viúvos detenham maior expressão quantitativa. No total, estes mesteres, além de contarem com uma percentagem 63,2% de marítimos urbanos, diferenciam-se dos lavradores, no concernente ao rácio de letrados, cuja cota aponta para os 68,1%, ou seja ligeiramente acima da média global.

Há um movimento de pessoas não classificados quanto ao modo de vida no início da diáspora, conjunto posicionado na quarta posição da hierarquia dos números, sendo a marca de quem veio do campo bastante expressiva, formada por 158 indivíduos contra 41 nascidos nos centros. Devido a muitos destes rapazes serem menores, também há menos referências à cultura do abecedário. Daqui resulta uma baixa representação no domínio da escrita, embora os assinantes de documentos se posicionam ligeiramente acima dos cinquenta e um pontos. Mas, na verdade, os celibatários deste grupo, vindos da periferia, ostentam melhores índices do uso das letras relativamente aos colegas naturais das vilas e da cidade sem profissão declarada.

⁸ A fronteira entre o espaço rural e urbano é difícil de traçar, quando sabemos que nos burgos havia lavradores com gado, currais, capoeiras, produção de vinho, olivais e produtos hortícolas, todo um micro universo de ruralidade, porém delimitamos esta dicotomia pela forma administrativa, separando as aldeias dos restantes centros. Para uma visão sobre o ambiente próprio da cidade com ligação às actividades campestres, (ainda hoje levemente perceptíveis em alguns quarteirões da cidade de Viana do Castelo) ver OLIVEIRA, António de- *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, volume I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971, pp. 234-335.

Aos pedreiros associam-se outros mesteres da construção, os carpinteiros, grupo bem representado no movimento de refluxo. Aqui somos surpreendidos pela existência de celibatários escolarizados provenientes da periferia, cujos indicadores ficam nos 85,6%, quando os restantes estados civis nascidos no campo andam cerca de seis pontos abaixo desta fasquia. Assim, podemos asseverar que trabalhadores da arte da madeira ombreiam com os mais elevados índices de literacia e os poucos carpinteiros nascidos nos centros urbanos eram capazes de firmarem os documentos, donde o termos assistido à fuga de 188 profissionais e, entre todos eles, 84% possuíam habilitações para exarar uma missiva, tendo fugido às dificuldades da terra, regressaram a casa e voltaram a deixar o Alto-Minho. Na hierarquia dos cômputos, seguem-se os caixeiros. Estes, quase sempre escolarizados ostentando o mais elevado nível de assinaturas e sem a assunção de responsabilidades contraídos pelo matrimónio, representam menos de cinco por cento do primeiro fluxo. Os que editaram a marca da respectiva caligrafia exibem a imagem do sucesso para o qual se prepararam, regressando volvida uma década. A distribuição, por espaços de origem geográfica, está bastante equilibrada, sendo perto de quarenta em cada centena os baptizados nas vilas e cidade de Viana do Castelo. Os restantes são naturais das aldeias. De igual modo, como observámos relativamente aos carpinteiros urbanos, também quase todos imprimiram o cunho da assinatura em vários documentos. Os caixeiros aqui declarados emergem com 97,8% de eruditos, ou seja só dois casos não firmaram os requerimentos ⁽⁹⁾ ou o livro de registo de passaportes.

Na mesma senda, os negociantes, grupo formado por 110 indivíduos sem ligações maritais e dezassete com responsabilidades conjugais, oriundos na periferia, aos quais se juntam outros 42 nascidos nas urbes, constituem outro escol, onde dominam os habilitados na arte de ler, escrever e contar. O índice de firmas aponta para os 97,6% comprovadamente letrados, face aos que protagonizaram vários movimentos entre as margens do Atlântico. Importa assinalar a existência de quatro membros, provenientes do espaço rural, desprovidos de destreza para se corresponderem com a família, os quais, sendo analfabetos declarados, também fizeram mais de uma viagem, porque os êxitos profissionais assim o permitiram.

Com representações quantitativas abaixo da centena de movimentos, seguem-se os proprietários. Esta actividade demonstra uma ascensão sócio-cultural da parte dos oriundos dos burgos, se considerarmos a inexistência de analfabetos nascidos no meio urbano. O quadro não é tão rico, quando olhamos para a composição dos rurais. Mesmo

⁹ Esta constatação não é um sinal de ausência de conhecimentos do escrito, pois desconhecemos se autenticaram a respectiva licença que os acompanhava no vapor, já que alguns emigrantes eram instruídos e não assinalaram o Livro de Registos de Passaportes, embora tivessem firmado outros documentos.

assim estamos perante celibatários cultos, onde os escolarizados se aproximam dos noventa e dois pontos percentuais. Relativamente aos casados e viúvos, o cenário ainda ostenta uma representação de 78,8% de instruídos. No cômputo geral, os proprietários registados como possuidores de cultura letrada correspondem a 88,9%, valor que os afasta dos negociantes e os aproxima dos carpinteiros.

No tocante aos alfaiates, o fluxo é predominantemente originário da periferia. Os urbanos, em número muito escasso, são dominados pelo analfabetismo. Os baptizados no campo mostram um perfil de literacia diferente, considerando a presença de 70,9% de assinaturas patenteadas nos documentos, índice resultante da contribuição dos casados e viúvos, pois os celibatários exibem indicadores mais pobres do que os consorciados. Outro grupo saído das paróquias do interior, os caiadores representados por 84 indivíduos, assoma características idênticas aos que trabalhavam em tecidos, no tocante à distribuição por espaços e nos índices relativos à instrução. As diferenças verificam-se entre os solteiros e os restantes estados civis, porque os primeiros (os alfaiates) elevam-se quando observados os rácios de cultura letrada, afastando-se bem dos alfaiates celibatários.

Depois destes conjuntos profissionais, aparecem os estudantes. Todos eles não estavam vinculados maritalmente e, obviamente, eram pessoas escolarizadas, como a respectiva classificação o indica. Estes rapazes, como veremos, desaparecerão aquando do refluxo, devido à evolução na escalada profissional. O total é inferior a seis dezenas e corresponde a 1,5% destes emigrantes na fase inicial da diáspora. A distribuição de tais jovens apresenta-se muito equilibrada entre as áreas do centro e da periferia, embora a presença dos naturais das aldeias seja superior, o que denota a existência de um movimento transversal e semelhante ao dos colegas no exercício do tirocínio ligado ao comércio (marçanos), isto é, aqueles que tinham estudado e depois embarcam identificados como caixeiros, negociantes ou outros mesteres ⁽¹⁰⁾.

Os classificados na qualidade de comerciantes exibem algum equilíbrio entre o rural e o urbano, sendo certo que os provenientes dos burgos eram todos capazes de gizar um documento- Mesmo assim, a periferia viu partir apenas analfabetos entre os solteiros dedicados a esta actividade. Como se trata de um movimento do centro, temos uma presença de mais de noventa em cada centena a saberem ler e escrever. Estes profissionais detêm um perfil diferente dos colegas identificados como negociantes, devido à diferença de níveis culturais, Todavia, devemos sublinhar a contribuição dos nascidos nos centros administrativos por não haver entre eles ignorantes das letras.

¹⁰ Assenta nesta observação o parecer de Oliveira Martins, porque «o caixeiro torna-se negociante, enriquece, e, vendo-se dono de um pecúlio maior ou menor», repatria-se. MARTINS, Oliveira- *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1956, p. 248.

Finalmente, há um conjunto alargado de outras actividades à data da primeira licença de embarque, estando aqui os rurais sempre representados, mesmo quando o número é limitado, como: barbeiros, ⁽¹¹⁾ cantoneiros, capitalistas, padres, tamanqueiros e barqueiros, todos estes mesteres com menos de meia dúzia de casos. Os membros das duas últimas categorias são analfabetos. Os urbanos não constam entre barqueiros, canteiros, cantoneiros, capitalistas, padres e tamanqueiros; figuram com menos de três indivíduos nas seguintes ocupações: padeiros, serralheiros, serventes, artistas, criados, estucadores, ferreiros e pintores.

A concluir, nos ofícios dominados pelos emigrantes urbanos encontramos estudantes, marítimos e barbeiros. Outros, como os empregados de comércio repartem os números pelos dois espaços, embora sejam somente meia dúzia com tal perfil. Também as costureiras, de um total de onze, apresentam quatro naturais dos centros administrativos. As aldeias, como sublinhámos, deixaram embarcar os maiores caudais de negociantes, lavradores, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, caiadores e proprietários, aos quais se juntam os trabalhadores e jornaleiros.

Uma nota a sublinhar esta observação diz respeito a um somatório de mesteres praticados no mundo rural, onde os celibatários estão representados por 96,4% de letrados, agregado composto por barbeiros, estucadores, empregados de comércio, padres, pescadores, serralheiros, canteiros, artistas, pintores, ferreiros, ⁽¹²⁾ estudantes, comerciantes, proprietários, caixeiros e negociantes, o que permite dizer que estes emigrantes da periferia forma um escol bem preparado pelas letras. Outro agregado de solteiros, oriundo dos burgos, detém um total de 190 movimentos, dos quais só um barbeiro não demonstrou ser instruído e são os seguintes: empregados de comércio, pedreiros, carpinteiros, proprietários, comerciantes, negociantes, estudantes, caixeiros e barbeiros, correspondentes a 99,5% de eruditos, além de outros incluídos em “várias” sem a presença de iletrados. No atinente aos analfabetos, temos como actividades de maior contributo lavradores, domésticas, alfaiates, jornaleiros, caiadores, carpinteiros, marítimos, pedreiros e “trabalhadores” Cabe a estes celibatários 35,8% de incultos e aos restantes perto dos quarenta pontos percentuais, o que

¹¹ O barbeiro apresentado como cirurgião pouco instruído, apresenta uma distribuição espacial de 75% para os urbanos e os restantes rurais nas Minas Gerais, como aponta: GODY, Marcelo Magalhães- *Dicionário das ocupações em Minas Gerais no Século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial*, Universidade de Minas Gerais/Faculdade de Ciências Económicas, Minas Gerais, 1994, pp. 22 e 37

¹² O ferreiro, aquele que trabalha em obras de ferro, aparece associado a outras variantes, muitas vezes com duas actividades lavrador e ferreiro; negociante e ferreiro; ferreiro e fabricante; ferreiro e cozinheiro, entre muitas outras associações. Dominam nas áreas urbanas de Minas Gerais, com 59%, contra os restantes rurais, refere: GODY, Marcelo Magalhães- *Dicionário das ocupações em Minas Gerais no Século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial*, Universidade de Minas Gerais/Faculdade de Ciências Económicas, Minas Gerais, 1994, pp. 25-26. Tal cenário não tem a mesma correspondência entre os emigrantes.

faz destes emigrantes o conjunto mais pobre no quadro de literacia. Mesmo assim, não foi impeditivo de materializarem um processo de refluxo e de progressão sócio-profissional. No concernente a urbanos, a tabela mostra-nos os marítimos, de qualquer estado civil, na liderança dos inaptos para a escrita.

Mobilidade profissional dos rurais à primeira travessia

Dos aldeãos letrados envolvidos no refluxo, os que mantêm a mesma actividade na primeira viagem e nas seguintes são indivíduos com um estatuto profissional de bastante relevo social e patenteiam 8,9% do volume destes espaços da periferia. Destacam-se os comerciantes, caixeiros, proprietários, negociantes e lavradores, tudo ocupações proporcionadoras de sucessos, aos quais se juntam poucos mesteres, como marítimos. Algumas actividades quantitativamente bem representadas, como os alfaiates, caiadores, pedreiros e carpinteiros instruídos não emergem com relevo neste contexto, tendo procurado outros ofícios mais prestigiantes ou não voltaram a indicar o tipo de ocupação no momento da passagem do segundo passaporte.

A procura de novos desafios ou a necessidade de trabalharem noutras áreas, assim como a própria ascensão profissional, levaram estes emigrantes a registarem-se numa ocupação apropriada aos anseios de quem fugia do campo, sendo esta opção assumida por 21,6% dos aldeãos.

A liderança destas animações nota-se com maior intensidade no seio dos homens que sabiam ler e escrever, com 529 pessoas a indicar um ofício e, na hora do refluxo, a declarar outro o estatuto profissional, apresentando-se com um emprego diferente. O fenómeno atravessa longitudinalmente todos os mesteres, excepto os padres e aqueles que não aludiram o múnus.

Devido ao volume de presenças, os lavradores vão à cabeça destas mudanças com 14,4% de indivíduos que deixaram este modo de vida e se dedicaram a outras ocupações, muitos deles transformaram-se em proprietários. Depois entram os caixeiros rurais e entre eles um foi arrolado como analfabeto.

Se, anteriormente, fizemos menção aos caiadores, carpinteiros e pedreiros, por intervirem com pouca intensidade entre os que repetiam o mesmo ofício em dois momentos diferentes, agora temos estes profissionais bem notados, com realce para os que tinham aprendido a gizar o nome. Os pedreiros analfabetos também se destacam neste contexto, com trinta elementos que alteraram o modo de ganhar a vida. Como já anotámos, os

estudantes, na sua maioria, não voltam a fazer referência e este estatuto, porque tinham ido à escola para se ocuparem nas lides do comércio, como balconistas ou caixeiros, o que acontece quando chegam ao Brasil¹³.

Neste conjunto de pessoas expulsas da periferia, há 65,7% com uma única referência ao ofício, não nos tendo possibilitado saber se houve ou não evolução do quadro sócio-profissional quando reembarcaram. Ainda podemos registar a existência de uma mobilidade operada nos mesteres menos privilegiados socialmente, sendo protagonistas os portadores de cultura letrada, pois sabiam ler e escrever. Os jornaleiros e os trabalhadores analfabetos também não se mantiveram com o mesmo estatuto, quando tiveram oportunidade de se reconverterem em agricultores ou procuraram outras tarefas, tendo deixado o estigma profissional que detinham no campo, correspondente ao mais baixo estatuto social.

Profissões dos urbanos à primeira fase do êxodo

À semelhança do que ocorreu com os emigrantes oriundos das aldeias, também os proprietários, comerciantes, caixeiros e negociantes nascidos nos centros administrativos não tiveram necessidade de mudar de ocupação. Sendo todos eles instruídos, aproveitaram as oportunidades oferecidas na terra de acolhimento. Este quadro não atinge a maior parte dos urbanos, como se observa pela tabela nº 7. No concernente às novas profissões, os estudantes e os caixeiros são responsáveis pela maior mobilidade, embora tenhamos uma dúzia de marítimos com novo ofício na segunda fase do êxodo, assim como o fizeram seis carpinteiros, num total de doze casos.

Em números reduzidos, mas importantes, descobrimos, além das referências anteriores, que os comerciantes e os negociantes continuaram na escalada profissional e ficamos a saber que tais dinâmicas urbanas são representadas por 89,9% de indivíduos escolarizados. Entre estas ocupações, os analfabetos, num total de 16 homens, provêm de estratos situados nas franjas da pirâmide sócio-profissional, como os jornaleiros, trabalhadores e

¹³ A preocupação com a aprendizagem dos filhos, especialmente com a escolarização, de que resultava o futuro dos descendentes, está bem patenteada na correspondência, sendo os homens a chamarem a atenção das mulheres para que não deixassem de frequentar a escola e de se prepararem com as habilitações necessárias para seguirem viagem rumo ao Brasil. Alguns exemplos temos-los nas epístolas no anexo documental, grupo I in RODRIGUES, Henrique Fernandes, *Alto Minho, o.c.*, como: «Manda-me dizer se os pequenos estão adiantados na escola» Documento 104, Carta de Albino António Pereira de Melo à esposa, Amélia Dores de Sousa, de Ferreira, Paredes de Coura. «O rapaz, que aprenda a escola.» Documento 144 Carta enviada por Luís António Martins Araújo, à esposa, Maria Alves Baptista, de Alvarães, Viana do Castelo. «O pequeno enquanto estiver aí não o tires da escola.» Documento 147, Carta de João da Costa Mesquita à esposa, Rosa Soares Mesquita, de Darque, Viana do Castelo. «Logo que cheguem vão para a escola.» Documento 162, Carta de José Luís Cacais à esposa, Isabel Inês Cacais, de Seixas, Caminha. «Não te descuides da escola, enquanto não vem.» Documento 177, Carta de Manuel Passos Viana à esposa, Antónia da Guia, natural de Monserrate, Viana do Castelo. Assim, não só temos a prova de que os progenitores tinham consciência de quão importante era ir habilitado com os saberes da escola, assim como não era fácil o sucesso se não fossem escolarizados para entrarem no mundo das lides comerciais, onde se preparavam para serem, mais tarde, comerciantes, negociantes ou proprietários e mesmo capitalistas.

lavradores fugidos dos burgos, emigrantes a quem a vida sorriu, tendo adquirido novo estatuto no Brasil.

Os que só nos permitiram conhecer um mester aparecem em número reduzido. São os lavradores e os marítimos nascidos nas urbes que maiores quantitativos exibem, seguindo-se os negociantes e os caixeiros, como prova de que a evolução em determinadas ocupações era lenta ou mesmo nada fácil, como acontece aos estudantes e caixeiros que tinham de percorrer as várias etapas ao longo de muitos anos para tingirem o topo da carreira como comerciantes, proprietários e capitalistas.

Em síntese, apurámos que as oportunidades de mobilidade profissional estão dependentes das capacidades intelectuais e do nível de instrução. Esta dinâmica era mais activa entre os emigrantes nascidos no mundo urbano. Se há profissões cuja actividade não favorecia a mudança de rumos, por serem portadores de um estatuto elevado, outros como: alfaiates, ferreiros, caiadores e carpinteiros rurais letrados assumiram a reconversão, da mesma forma como o fizeram os analfabetos sem especialização, como: trabalhadores e jornaleiros, além dos pedreiros, por encontrarem à disposição um quadro laboral diferente do que estava disponibilizado antes da partida e terem de se dedicar a uma qualquer actividade, como trabalhar nas plantações de café e na abertura de estradas.

Actividades profissionais dos reembarcados

O melhor meio para aferir da evolução destes surtos é debruçarmo-nos sobre as actividades registadas em cada um dos embarques e analisar em pormenor quais as ocupações mais sensíveis à mudança, pois conseguimos observar, para o Alto-Minho, em que medida o refluxo corresponde a uma chegada com êxito e à nova partida com perspectivas de maior sucesso. Também podemos estimar se a estratificação era permeável à mobilidade ou se era bloqueadora da progressão sócio-profissional, já que o exercício apresentado anteriormente partia de um contexto onde se retratava a ocupação no momento da primeira viagem, a que juntamos outra realidade diferente, a do mester desempenhado à hora do regresso. Desta forma, usaremos os elementos respeitantes às segundas travessias, agora observados perante a existência do ofício primitivo e uma nova ocupação ou se estamos perante um licença sem referência ao mester, mantendo a indicação colhida na hora da aquisição dos segundos passaportes, o que faremos separadamente para a mobilidade da periferia e dos centros urbanos.

Evolução profissional dos reembarcados rurais

A primeira constatação vai no sentido de os aldeãos terem apresentado uma dinâmica com 24,5% de registos de novas funções profissionais no momento do reembarque. A grande maioria, num total de 4069 casos, só deu a conhecer uma única ocupação, tendo sido silenciada a referência profissional após vários travessias. São raros os homens que mantiveram o mesmo ofício, tendo havido uma ou outra actividade com alguns assentos repetidos, pertencentes aos alfabetizados, como: 17 lavradores, 5 negociantes, 5 caixeiros, 2 proprietários, 2 pedreiros, 2 comerciantes e 2 carpinteiros. Os restantes, apenas com um caso, além do grupo sem profissão, não merecem qualquer nota.

Começamos por apurar que a segunda fase da diáspora actuava no quadro social, considerando os valores expostos na tabela 7, onde os instruídos rubricam um cômputo inferior aos iletrados, entre os que indicam mais de uma vez o mesmo emprego. Podemos considerar esta imobilidade resultante do próprio analfabetismo, ou seja a condição de emigrante instruído proporcionava novas oportunidades de emprego.

Se há grupos sensíveis à evolução e progressão profissional, outros mostram resistência à mudança do estatuto com que saíram, pois regressaram e voltaram a ausentar-se sem indicarem novo ofício, como o fizeram muitos carpinteiros nascidos nas aldeias, para os quais há, neste quadro, mais de sessenta e quatro escolarizados em cada centena de registos, ou os lavradores, marítimos e os pedreiros, uns e outros com mais de cinquenta e dois por cento cultivados nas letras em cada cem novas travessias, tendo mantido o perfil inicial. Entre os proprietários, comerciantes e caixeiros, os instruídos sem outras menções à actividade, a literacia apresenta cotas abaixo dos cinquenta pontos, pois entraram no circuito de mobilidade, como aconteceu aos negociantes, num patamar profissional estável, sendo difícil prosseguir na escalada da pirâmide. São os ofícios de alfaiate, carpinteiros, trabalhadores, marítimos, pedreiros e lavradores que mais incultos apresentam com uma só referência ao tipo de ocupação, a que se juntam domésticas, caiadores, costureiras e proprietários. Todos têm dez ou mais travessias com a nota de ignorantes do abecedário, sem menção a outra actividade declarada. Estamos perante pessoas embarcadas sem habilitações, que não progrediram, embora estes proprietários sejam oriundos de um estrato ligado à posse de terras à data do início da debandada.

Circunscrevendo a nossa análise aos que mencionaram diferente ocupações ou que conseguiram percorrer vários degraus da pirâmide profissional, apurámos 1395 reembarques do mundo rural. Tais cômputos aproximam-se de um quarto destas travessias e, entre eles, assistimos à mobilidade de 79,3% de assinaturas nos vários documentos. Aqui os classificados como lavradores rubricam cômputos maiores, mas quem sabia ler e

escrever fica abaixo da média referida, com pouco mais de setenta e dois pontos percentuais. Também os pedreiros nascidos fora dos centros urbanos exibem uma marca quantitativa assinalável, mas apenas 26,3% conseguiram alterar o *modus vivendi* ocupacional.

Os negociantes e os proprietários oriundos da periferia protagonizam a maior ascensão. Os primeiros registaram um grau de mobilidade importante, correspondente a 45,7%, enquanto os segundos passaram a fasquia dos sessenta e um pontos percentuais. Ambos os grupos, com destaque para os proprietários, contaram com analfabetos nas suas fileiras e também estes foram capazes de atingir o sucesso, mesmo sem saberem usar as letras.

Outros, que conseguiram transpor a barreira profissional, como capitalistas, empregados de comércio e caixeiros enquadram-se entre o escol das elites culturais, como o demonstram os indicadores de escolarização. Também dos ofícios de jornalista, canteiro, alfaiate, ferreiro, pintor e carpinteiro, inseridos nestes contextos de mudança de mester, emergem com destaque os assinantes de documentos.

Por fim, há a presença de um grupo menos qualificado no domínio da comunicação pela escrita, como os marítimos, os trabalhadores, os pedreiros e os lavradores, além de alguns proprietários, entre os que mais ignorantes do abecedário alteraram o percurso profissional. As novas condições de vida e o respectivo mercado trabalho a tal quadro conduziram, por se tornar difícil dar continuidade às ocupações que tinham na terra natal. Acima de tudo, quem procurava ganhar a vida nas terras do Brasil tinham de deitar mão às oportunidades oferecidas, muitas vezes em ocupações da área agrícola, donde o terem emergido alguns proprietários analfabetos com sucesso.

Os rurais, na sua maioria pessoas oriundas do sector primário, se não alteraram significativamente o perfil sócio-profissional, pelo menos intervêm nesta dinâmica com alguma capacidade de reconversão. Os escolarizados foram quem melhor aproveitou as oportunidades encontradas na outra margem, embora o surto seja dominado pelos lavradores, pessoas que viviam da terra e que continuaram ligadas às mesmas lides, como nos revela a fraca capacidade de mobilidade registada nos documentos.

Em síntese, se é frequente assistirmos a uma evolução lógica com escalões de aprendizagem por fases, os rapazes começam sem estatuto profissional ou na qualidade de estudantes, depois são classificados como caixeiros¹⁴. Mais tarde ocorre a inserção no mundo do

¹⁴ Esta classificação não apresenta outras variáveis, como a de balconista ou marçano, todavia, usámos sinónimos para nos referirmos aos caixas, opção tomada por razões de estilo. A classificação atribuída, em 1860, pelas autoridades, através dos Relatórios da Administração Pública, inseriu estes profissionais no «*mappa do pessoal commerciante*» associados a botequineiros, capelistas, mercadores, marçanos e merceiros. Cf. *Relatorios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 20.

comércio e dos negócios; alguns atingem mesmo o perfil de proprietários ou mesmo o estatuto de capitalistas¹⁵. Poucos são os rurais que escalam até ao topo da pirâmide.

Também descobrimos, especialmente entre os grupos de cômputos mais expressivos, casos de pedreiros que passaram por desempenhar funções de canteiros, lavradores e jornaleiros, estando bem patenteadas as dificuldades para saírem destes patamares. Tais situações de estabilidade ou de insucesso podem ficar-se a dever às capacidades de comunicação escrita ou falta de oportunidades e, acima de tudo, por não terem passado pelo tirocínio, essa preparação comercial que a idade avançada à data do início do êxodo não permitia.

Dos alfaiates com novo emprego, sete foram arrolados como proprietários¹⁶ e quatro dedicaram-se ao negócio, desconhecendo-se qual o ramo onde operavam. Estes profissionais reconvertiam-se frequentemente para trabalhos de lavoura, área de refúgio e da panaceia para os emigrantes saídos sem uma boa rampa que os projectasse em busca dos êxitos, pois nem sempre a árvore das patacas era encontrada. Não lhes restava outra oportunidade, deitar a mão a qualquer tipo de serviços, quando o ofício não tinha procura, especialmente quando se dirigiam para as roças. Mesmo assim, alguns indivíduos ilustram a excepção, tendo havido quem militasse como caixeiro¹⁷ até se transformar em proprietário, ou ainda um outro alfaiate que passou para o negócio e chegou ao patamar

¹⁵ Os capitalistas identificados apresentam-se ao primeiro movimento num patamar diferente dos jovens, são, quase sempre, pessoas estabelecidas, na qualidade de homens de negócio que atingem o vértice da pirâmide, embora também haja casos de rapazes a quem o sucesso foi pródigo e treparam todos os escalões sócio-profissionais, embora não tenham protagonizado movimentos de refluxo por Viana do Castelo.

¹⁶ Ilustramos com o caso de Bento José Pereira, natural de Formariz, Paredes de Coura, um mancebo de 21 anos, quando em 10 de Maio de 1886 requereu documento para atravessar o Atlântico, em direcção ao Rio de Janeiro, como alfaiate analfabeto. Volvidos mais de 14 anos, impetrou novo embarque no estado civil de casado e seguindo na companhia do irmão José Maria que, ao contrário de Bento Pereira, sabia escrever. Nesta saída apresenta-se na qualidade de proprietário, assim como um mano, embora continue analfabeto, o que demonstra a capacidade destes irmãos para progredirem e atingirem o estatuto diferente, transformando-se em proprietários, embora tivessem partido, um como alfaiate, outro como lavrador. Ver *Passaporte Colectivo nº 480, livro nº 53*, folha 131, em nome de José Maria Silva, assinado em 1 de Setembro de 1900 e respectivo processo.

¹⁷ Joaquim Francisco Lima saiu, em 1871 com o estatuto de alfaiate, aos 17 de idade, na companhia do pai, um lavrador analfabeto, casado, de 46 anos. Na segunda viagem está identificado na qualidade de caixeiro, em 1885, data em que ainda se apresenta solteiro, mas, volvidos 8 anos, já tinha casado e atingiu o escalão de proprietário, o que sucede aos 38 anos, em 1893, tendo seguido para a capital do Brasil nas duas últimas viagens. Sabemos que regressou em 26 de Abril de 1884, como se prova pelo respectivo documento emitido no Rio de Janeiro, tendo permanecido cerca de um ano na terra natal. Ver registo de *Passaporte nº 864, livro nº 48*, folha 54v, impetrado em 23 de Dezembro de 1893 e nº 150, livro nº 40, folha 68v.

de proprietário¹⁸, embora houvesse vários que saíram do mester e se acomodaram como negociantes.

São poucos os caiadores que continuaram com o mesmo estatuto, pois uns acabaram reconvertidos em pintores, outros em pedreiros, estucadores, lavradores e raramente em negociantes¹⁹ e proprietários²⁰.

Não temos qualquer dúvida no concernente aos quadros sócio-profissionais seguidos pelos estudantes e caixeiros. A conclusão a tirar desta análise é a de que eles perseguiram sempre sucesso e os primeiros foram iniciados como balconistas²¹, depois, conseguiram emprego no ramo, mais tarde atingiram o escalão de negociantes e comerciantes, onde a maior parte se deteve²². Alguns ainda tiveram oportunidade de mudar de rumo e conseguiram fortuna como proprietários, tendo adquirido e gerido bens, investindo em acções, o que lhes proporcionou o título de capitalistas, ou mesmo a promoção nobiliárquica, como foi

¹⁸ Este caso é, porventura, digno de ser sublinhado, quer porque se trata de um emigrante casado, natural de uma aldeia do interior, Soutelo, Viana do Castelo, que fez sete excursões, ou ainda porque, tendo saído aos 27 anos de idade, sabia ler e escrever e lutou sempre até atingir um estatuto digno de quem foi melhorar a vida. Acresce que este emigrante, filho ilegítimo, sem nome do pai, nas viagens de refluxo trouxe licenças e depositou no Arquivo de Governo Civil de Viana do Castelo quatro passaportes de regresso obtidos em 1862, 1867, 1878 e 1886, tendo estes documentos ficado no respectivo processo individual. O sucesso fez com que este alfaiate, lavrador, negociante e proprietário preparasse o futuro dos filhos, levando uns em 1868 e outros em 1869, antes de atingirem os 14 anos. Neste quadro onde encontrámos vários passes, um deles não foi contabilizado por nós, pelo facto de ter havido uma segunda via. Se dúvidas houvesse quanto ao vai e vem intenso de Patrício José Barbosa, os documentos emitidos no Rio de Janeiro eram suficientes para esclarecer qualquer suspeita. De novo, estamos perante uma pessoa instruída, adulta, casada e com filhos, que fez a ascensão social, passando pelos vários patamares profissionais até atingir o sucesso almejado. Para não alongar a lista de licenças, ver *Processo e Registo de Passaporte nº 444, livro nº 41*, folha 43; *Passaporte Colectivo nº 208, Livro nº 12*, folha 73, onde constam os documentos de regresso e dos filhos Constantino e Clemente que o acompanharam, dois jovens escolarizados com assinatura tipo 1, rapazes que não voltámos a encontrar entre os requerentes de documentos de viagem, por terem ido embarcar a Lisboa ou outra cidade.

¹⁹ Félix Valadares, um jovem de 22 anos, solteiro, caiador, natural de Seixas, Caminha, saiu pela primeira vez em 1872. Passado 8 anos apresenta-se casado e com a profissão de pintor, para, mais tarde, volvidos 10 anos, partir com a esposa e na qualidade de negociante. Neste entretanto, voltou a contrair núpcias com uma jovem de 24 anos, quando ele tinha 44 de idade, fazendo-se acompanhar da consorte, por isso, enquanto viúvo não saiu com este estado civil. Cf. o primeiro e o último documentos, respectivamente com a seguinte identificação: *Passaporte nº 653, Livro nº 18*, folha 116, de 20 de Junho de 1722; *Passaporte nº 84, Livro nº 48*, folha 77, averbado em 28 de Março de 1884.

²⁰ António Afonso Carilho, caiador natural de Seixas, Caminha, alfabetizado com nível 1. Partiu aos 23 de idade, solteiro, seguindo em direcção ao Pará, em 1897. Passados 4 anos, aos 27, voltou a obter autorização para fazer a travessia do Atlântico, desta vez na qualidade de proprietário depois de ter contraído matrimónio. Por estarmos no trânsito da centúria, não sabemos como evoluiu percurso, todavia, tinha reunido condições para continuar a somar êxitos sócio-profissionais, considerando que ainda não tinha agregado a família a este projecto em terras do Brasil. Ver licença requerida em 31 de Outubro de 1900, com o nº 592, livro nº53, folha 147.

²¹ A maior parte dos caixeiros rurais transformaram-se em negociantes na segunda fase da diáspora, outros aparecem na qualidade de comerciantes ou ainda como proprietários, como aconteceu a todos os estudantes. Depois deixam de intervir no refluxo, ou porque se fixaram definitivamente ou por terem regressado para não mais voltarem a sair, como alguns casos já apresentados e outros que construíram imóveis conhecidos por casas dos “brasileiros”.

²² Estas conclusões têm de ser compreendidas dentro de um quadro específico, porque estamos a falar dos emigrantes de retorno, actores do refluxo, contudo, muitos permaneceram longos anos sem virem à terra e fizeram fortuna, tendo regressado definitivamente a casa e outros constituíram família e radicaram-se no Brasil, não tendo sido arrolados no segundo embarque até 1900, como nos dão conta nas cartas escritas à família. Ver o capítulo específico sobre a correspondência dos emigrantes.

o caso do Visconde Amoroso Lima²³ e Comendador Jerónimo da Costa Jácome²⁴, entre muitos outros²⁵.

Há situações diferentes, como um cesteiro²⁶, um pedreiro²⁷, um lavrador²⁸ e dois proprietários a quem a sorte proporcionou sucessos e viveram dos cabedais arrecadados, sendo, por isso, classificados como capitalistas. Alguns rapazes, indicados como lavradores, devido à proveniência sócio-familiar ou ao ofício iniciado antes do primeiro embarque, aparecem na área do comércio, pois atravessaram a fronteira na flor da idade e eram credores de perfil cultural para trilharem o caminho dos êxitos.

Os carpinteiros, em grande número, tiveram como alternativa os trabalhos agrícolas, sendo muitos deles classificados na segunda viagem como lavradores. Tal situação explica-

²³ Este caso é bem ilustrativo do rapaz saído como caixeiro, aos quinze anos de idade, em 1839, transformou-se num homem de negócios, capitalista, tendo constituído família no Brasil sem ter voltado a impetrar licença em Viana do Castelo, por isso não se inclui entre os refluxos, porém, a correspondência mantida com outros patrícios retornados definitivamente permite-nos ver o perfil social deste limiano de sucesso. Ver, além do anexo documental, grupo III, onde constam cartas desta família a José Malafaia, *Passaporte nº 278, Livro nº 2*, folha 107v, onde consta a assinatura caligráfica deste jovem, nascido em Ponte de Lima e a trabalhar em Viana do Castelo como caixeiro há mais de três anos, tendo o próprio pai assinado a respectiva autorização para solicitar a licença. Ver também TRINDADE, Maria Beatriz Rocha; CAEIRO, Domingos- Portugal – Brasil, *Migrações e Migrantes, 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa, 2000, onde encontramos uma lista de emigrantes nobilitadas.

²⁴ Personalidade de destaque na região de Viana, emigrou em 1834, tendo permanecido 30 anos no Brasil, donde regressou em 1864, contudo, não há registo de passaporte no Governo Civil de Viana do Castelo, embora possa ter ocorrido na fase da qual não existem relações de emissões, relativamente aos anos de 1851-1853, como já assinalámos, período para o qual fizemos reconstrução quantitativa. RODRIGUES, Henrique- *Emigração e Alfabetização, O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995, pp. 49-51. Foi um benemérito importante na terra natal, tendo recusado o título de Visconde. TRINDADE, Maria Beatriz Rocha; CAEIRO, Domingos- Portugal – Brasil, *Migrações e Migrantes, 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. [120].

²⁵ Ver também RODRIGUES, Henrique - *Agostinho José Taveira, emigrante no Brasil*, e *Manuel José Amoroso Lima, Visconde Amoroso Lima*, in *Figuras Limianas*, ABREU, João Gomes de – (coordenador). Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima. 2008, pp. 209-210 e pp. 223-224.

²⁶ Aplica-se, com carácter de excepção e neste contexto, a tese de que o trabalho permanente, a poupança e as oportunidades proporcionadas pelo negócio sorriram a um analfabeto saído aos vinte e nove anos como cesteiro. Volvidos cerca de onze anos, voltava a dirigir-se para a terra que lhe deu fortuna, exemplo consumado na pessoa de Francisco António Fernandes, casado, natural de Fornelos, Ponte de Lima, 29 anos, saído pela primeira vez em 1881, obteve a segunda licença em 1891, com o estatuto de capitalista no regresso ao Rio de Janeiro. Cf. *Passaporte nº 765, Livro nº 46*, folha 3, visado em 27 de Agosto, data em que continuava sem saber ler e escrever. São muito raros estes exemplos de sucesso de pessoas incultas, todavia, servem para testemunhar a excepção.

²⁷ Este caso é diferente, por ser um indivíduo natural de Mujães, Viana do Castelo, António Gonçalves Portela a residir em Seixas, Caminha, que aparece aos 39 anos como capitalista, em 1891, data em que leva o filho João Gonçalves de 12 anos para o Rio de Janeiro. Voltamos a encontrar este capitalista em 1896 com um outro descendente, António de 11 anos, que seguiu para junto do irmão. O que mais nos surpreende é o facto deste emigrante, aos 47 anos, ter embarcado sozinho, assinou os documentos com boa letra e identificou-se como pedreiro, em 1898, não tendo feito menção à situação de capitalista. Ver *Processos e Passaportes seguintes: nº 222, livro nº 52*, folha 32, registado em 27 de Abril de 1898; nº 513, livro nº 45, folha 146v, despachado em 18 de Abril de 1891.

²⁸ Aos 15 anos, Manuel João Costa obteve passaporte datado em 9 de Outubro de 1891. Natural de Sopo, Vila Nova de Cerveira, apresentou-se como solteiro, lavrador e uma boa caligrafia nas rubricas feitas nos documentos, sendo autorizado pelo pai e pela mãe, tendo o progenitor assinado a certidão respectiva. Em 1891, este jovem de 23 anos, regressou ao Rio de Janeiro como capitalista, não tendo deixado mais rastros até ao fim da centúria. Ver *Passaportes e respectivos Processos nº 245, Livro nº 38*, folha 159v expedido em 9 de Abril de 1883; nº 868, Livro nº 46, folha 29, emitido em 9 de Outubro de 1891.

-se pelo facto de serem operários especializados a desempenharem simultaneamente duas actividades, havendo, além do mester principal, outros serviços exercidos em sistema de complementaridade, quando não existia oferta de emprego ou em momentos de maior azáfama, dedicando-se às lides agrícolas, como lavradores, nas respectivas propriedades ou na prestação de serviços nesta área.

Se as mulheres raramente reconvertem o modo de vida, – as domésticas²⁹ continuam na segunda viagem com a mesma classificação e as costureiras também não trocam de ofício – os criados de servir e jornaleiros, devido à proveniência sócio-profissional, raramente passam para além do ofício de lavrador, contudo, há sempre excepções, tendo um criado de servir entrado no mundo dos negócios³⁰, outro tornou-se proprietário³¹, assim como dois jornaleiros, depois de muitos anos de sacrifício e trabalho sem voltarem a casa, conseguiram afirmar-se como negociantes³². Exemplos semelhantes temo-los entre os poucos ferreiros aqui representados. Também descobrimos um adolescente cuja referência nos documentos o deu como jornaleiro, depois transformou-se em lavrador e chegou mesmo a entrar na área do negócio.

²⁹ Algumas senhoras arroladas na qualidade de lavadeiras, à segunda viagem, apresentaram-se com o estatuto de domésticas, situação decorrente das actividades que lhes foram atribuídas quando se agregaram ao marido, contudo, uma de estado civil solteira registou na segunda vez a ocupação de costureira e, no terceiro embarque, quando já era casada, foi dada como doméstica, ou seja a alteração profissional decorreu do facto de ter de assumir novas funções no lar, o que acontece volvidos dez anos depois da primeira evasão. Registe-se, ainda, o facto de estarmos perante uma senhora alfabetizada, cuja caligrafia foi classificada pelo tipo 2. Trata-se de Alexandrina Fernandes Louro, de Âncora, Caminha, uma jovem de 23 anos, cuja viagem ocorreu na companhia da patroa, Maria Emília Enes Silva, filha de um proprietário de Soutelo, Viana do Castelo, que seguia para junto do marido com toda a família. A jovem regressou e partiu volvidos 7 anos, desta vez com plena autonomia e classificada como costureira, tendo seguido em direcção ao Pará. A terceira viagem, feita na companhia do marido, um dentista, Joaquim Pereira da Cunha Salgado, natural do Porto, ocorreu em 1899, embora não refira o destino. Ver *Passaporte nº 70, Livro 45, folha 35v e respectivo Processo; Passaporte nº 730, Livro 53, folha 56*.

³⁰ A contrariar todas as expectativas, um criado de servir, que firmou os documentos com boa letra aos 23 anos de idade, em 1872, fugiu da aldeia e fez refluxo volvidos 5 anos, em 1877, desta vez classificado como negociante. Domingos José da Silva Lima, natural de Refoios, Ponte de Lima, a provar que tinha feito sucesso, regressou com passaporte selado em 14 de Julho de 1881 e requereu outro em Viana do Castelo em 9 de Dezembro do mesmo ano. Este emigrante manteve-se solteiro, porém, depois desta data não voltamos a encontrá-lo como impetrante, o que pode fazer supor que tenha regressado definitivamente à terra natal, considerando a prosperidade que possa ter atingido, porém, só continuando a pesquisa é que poderemos ter mais elementos para análise do percurso profissional. Importante é registarmos que este mancebo, saído depois de resolvida a situação militar, tinham bons dotes para a escrita, certamente reveladores de muitas capacidades para o êxito alcançado em poucos anos, o que raramente acontecia, como já vimos em relação aos estudantes e caixeiros, para quem o percurso era lento, embora fosse seguro e garantido o sucesso a estes emigrantes.

³¹ Raramente os criados analfabetos conseguiram atingir níveis elevados de sucesso, especialmente quando partem adultos, contudo, Silvestre Gonçalves Cunha, natural de Capareiros (actual vila de Barroelas), Viana do Castelo, saiu em 1869, quando tinha 26 anos, na qualidade de criado de servir, sem especificar mais sobre esta actividade. Passados 15 anos, em 1884, volta a embarcar como proprietário, mas solteiro e sem capacidades para gizir uma carta. Vemos, neste caso, o emigrante dedicado, trabalhador, que soube amearhar e que conseguiu transformar-se em proprietário, embora não se refira ao que corresponde este indicador profissional. Não voltámos a encontrar mais referências sobre este patricio, até 1900. Cf. passaporte nº 447, livro nº 39, folha 183v.

³² Este exemplo é mais clarificador da evolução profissional, porque estamos perante um homem que fez várias viagens e passou por actividades de jornaleiro aos 22 anos, trabalhador, lavrador e, por fim, negociante aos 42 de idade, tendo ido para Manaus desempenhar estas actividades, em 1898. Ver a última licença, datada de 28 de Janeiro de 1898, nº 42, livro nº 51, folha 215, requerida por António Gonçalves Sampaio, natural de Anha, Viana do Castelo.

O número de indivíduos classificados como provenientes das actividades agrícolas, que reverteram a ocupação, transformando-se em proprietários, passa das seis dezenas. Esta evolução demonstra as capacidades de alguns jovens instruídos que souberam aproveitar o afastamento da terra natal e alteraram o modo de vida por um mais promissor. Outros indivíduos provenientes da mesma área profissional, num total superior a três dezenas, também conseguiram entrar para o clube dos negociantes, mas a maior parte manteve a mesma ocupação ou enveredou pela actividade de pedreiro, mester exercido antes do primeiro embarque para o Brasil.

Se os arrolados na qualidade de trabalhadores formam, na pirâmide, as franjas sociais, facilmente se percebe porque não foram além da ocupação de lavrador. Este grupo funcionou como base giratória, onde se desempenhavam trabalhos menos prestigiantes e, ao mesmo tempo, os lavradores com capacidades intelectuais e habilitados pela escrita deram o salto para outros múnus mais prestigiantes e reconhecidas socialmente, como as ocupações anteriormente apresentadas.

O conjunto de negociantes exhibe bastante estabilidade, mas alguns ingressaram para o clube dos comerciantes, outros transformaram-se em proprietários e outros ainda atingiram o estatuto de capitalistas³³.

³³ Estes emigrantes são, quase sempre, homens adultos, com mais de trinta anos, mas há dois jovens, um deles filho do Comendador Sebastião das Neves, ilegítimo e exposto, que saiu em 1872 como estudante e depressa se transformou em proprietário e capitalista, quando tinha 23 anos. O pai deste emigrante, -cujo primeiro nome recebido no baptismo foi o de Sebastião Pereira, acolheu-o, deu-lhe o patronímico e enviou-o para o Brasil, sem nunca fazer menção à progenitora, embora tenha exibido certidão de nascimento – era uma figura de elevada estatura social, fundador de primeira empresa de transportes de passageiros do Minho, o que lhe valeu ter sido agraciado com a Comenda de Mérito Industrial. Exerceu cargos públicos, como o de Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo e foi benemérito da Santa Casa da Misericórdia, como nos refere BARROS, Matias- *Estudo Genealógico da Casa de Calisto António Garcia de Barros*, in «O Vianense», ano XXIII, nº 442, de 15 de Outubro de 2002, p. 11. Outro exemplo é o de Manuel João Costa, natural de Sopo, Vila Nova de Cerveira, que aos 15 anos teve autorização dos pais, tendo o progenitor firmado este documento, e voltou a partir em 1891, com 23 anos e a profissão de capitalista, sem nunca mais voltarmos a encontrar o rasto deste homem a quem a vida sorriu em terras do Brasil. Ver *Processo e Passaporte nº 245, Livro nº 38*, folha 159v, requerido em 9 de Abril de 1883; *Processo e Passaporte nº 868, Livro nº 46*, folha 29, solicitado em 9 de Outubro de 1891.

Os tamanqueiros também progrediram e temo-los identificados como proprietários à segunda travessia ³⁴, embora não saibamos se continuaram no respectivo ramo, da mesma forma como ocorreu relativamente a lavradores ³⁵ saídos das aldeias do distrito de Viana que chegaram ao estatuto de negociantes e, numa outra fase, identificaram-se na qualidade de proprietários. Neste plano, estão sapateiros³⁶, ferreiros³⁷ e serralheiros³⁸ a quem o êxito proporcionou o acesso a funções de destaque, seja como negociantes ou como proprietários.

³⁴ Conhecemos dois casos que evoluíram, ao fim de mais dúzia de anos, como aconteceu a Manuel de Sousa Dias, de Vitorino das Donas, Ponte de Lima, saído em 28 de Abril de 1882, com 28 anos de idade, casado, com um tipo de letra disforme na assinatura, mas, ao 35 anos, em 17 de Outubro de 1889, obtém a segunda autorização para embarcar rumo ao Brasil, de onde tinha regressado. Agora matriculou-se na qualidade de proprietário. Desconhecemos se esta classificação tem ou não qualquer ligação à respectiva arte. Cf. processo e passaporte respectivo, no livro nº 43, folha 179v, passaporte nº 596.

³⁵ Os lavradores, devido ao elevado número de existências, apresentam cálculos mais elevados destas transferências, todavia, alguns mais jovens mantiveram-se longos anos afastados da família e regressaram com novo estatuto, como aconteceu a Joaquim José Pereira, de 17 anos, lavrador, saído em companhia de um irmão mais velho, José Maria, cujos pais assinaram a autorização e demonstraram as capacidades de escrita com letra caligráfica. Este jovem, emigrado pela primeira vez aos 17 de idade, regressa em 30 de Abril de 1873 com 33 anos e na qualidade de negociante, tendo voltado a sair em Setembro do mesmo ano. Volvidos outros 16 anos, em 1889, Joaquim José Pereira, faz novo refluxo, continuando solteiro e com uma assinatura de bom nível. Assistimos à fuga de um jovem oriundo de um lar onde o escrito circulava pela mão dos ascendentes e de outros membros da casa, donde o podermos dizer que não se tratava de um quadro de baixo nível, bem pelo contrário, pois o sucesso ficou bem patenteado, embora tenha intervalado os regressos por períodos longos, sempre mais de quinze anos entre as várias licenças, desconhecendo se continuou com o mesmo ritmo depois de 1900. Ver o processo onde se encontra a passaporte de regresso e o respectivo registo. Livro 21, folha 168v, passaporte nº 855, solicitado em 20 de Setembro de 1873.

³⁶ António Maria Lopes, solteiro, natural de Lovelhe, Cerveira, com 29 anos, obtém passaporte em 7 de Outubro de 1879 para o Brasil, entretanto, casa com Ana Emília Cunha e volta a partir em 1883, ainda como sapateiro. De novo, em 1886, encontramos este emigrante com passaporte de regresso e na qualidade de comerciante e sai no mesmo ano, levando em sua companhia o filho Manuel Joaquim Lopes, um rapaz de 12 anos que tinha ido à escola, seguindo ambos em direcção a Manaus. O refluxo feito por este homem continuou, pois aparece dez anos mais tarde e ainda em 1900, saindo agora com um criado e registou a profissão de negociante, quando tinha 49 anos. Não sabemos se continuou a fazer viagens, pois o ano de 1900 corresponde ao limite de observação destes movimentos. Ver, entre outros documentos, processo onde consta a licença de regresso e passaporte colectivo nº 459, selado no livro nº 41, folha 46v.

³⁷ António Joaquim Gonçalves, natural de Sapardos, Cerveira, alfabetizado, saiu em 1853, solteiro. A profissão registada exhibe o homem de sucesso. Em 1875 embarcou pela terceira vez, levando a esposa e dois filhos que não requereram licença em Viana até ao final da centúria, o que indicia uma fixação muito prolongada desta família ou um regresso definitivo depois de 1875. Ver processo referente ao *Passaporte Colectivo nº 943, livro nº 28, folha 92*.

³⁸ Amaro Rodrigues da Cunha, serralheiro, natural de Feitosa, Ponte de Lima, 23 anos, portador de uma caligrafia esmerada, saiu em 1870 para o Rio de Janeiro. Aos 29 anos voltou a atravessar o Atlântico, desta vez era um negociante casado e levou a esposa, uma senhora habilitada para ler e escrever. Mais tarde, em 13 de Agosto de 1992, parte de novo na qualidade de proprietário. Cf. *Passaporte nº 323, Livro 46, folha 160v*.

Também alguns pedreiros mudaram o rumo profissional, tal como outros mestres, embora sejam mais raros os indicadores destas progressões³⁹.

Importante é termos descoberto emigrantes socialmente e profissionalmente bem reconhecidas, como professores do ensino primário, em funções ligadas às actividades da lavoura⁴⁰ e do negócio⁴¹. Tal opção mostra bem o processo de reconversão das habilitações destes homens a quem se reconhecia um elevado grau de conhecimentos e de cultura letrada, quando em terras do Brasil tiveram de se submeter aos mesmos mecanismos de progressão profissional para atingirem o sucesso almejado e um lugar de destaque longe da terra natal.

Mobilidade profissional de urbanos aos segundos embarques

O comportamento dos emigrantes nascidos nos centros administrativos evidencia maior capacidade de adaptação aos novos desafios e de mudança de estatuto sócio-profissional, constituindo as segundas ocupações 28,9% destes movimentos. Na verdade, se exceptuarmos os que não indicaram emprego, somente dois proprietários e dois carpinteiros sobressaem entre os que não alteraram o perfil ocupacional.

³⁹ Em 1857, um adolescente de 15 anos, natural de Mujães, Viana do Castelo, obteve licença como pedreiro para seguir rumo ao Brasil. Mais tarde, casado, fez três viagens com a esposa e os filhos, sendo em 1878 um negociante que assinou com boa letra. Este quadro altera-se, ao regressar e voltar a fazer refluxo com mais filhos, a esposa e uma criada, quando se identificou como proprietário e negociante em 1884 e 1889. Como muitos, manteve-se um longo período sem regressar, tendo, entretanto, alterado todo o rumo da sua vida, embora fosse um pedreiro quando fugiu da terra pela primeira vez. Na última viagem com autorização no Governo Civil de Viana tinha 47 anos e ausentou-se com seis filhos dos 14 anos aos 18 meses, os quais também não voltaram a registar-se para nova partida, o que faz supor que o mais velho, com 25 anos no final da centúria ainda se mantinha no Brasil, sem conhecermos o local exacto. Ver o processo relativo ao passaporte colectivo com oito elementos, nº 677, *Livro nº 43*, folha 200, outorgado em 14 de Novembro de 1889; *Passaporte nº 14*, *Livro nº 6*, folha 7v carimbado de 22 de Julho de 1857.

⁴⁰ José Narciso Alves, natural de Fontão, Ponte de Lima, 35 anos de idade, pede documentos para seguir em direcção ao Brasil, em 1889. O mesmo indivíduo, solteiro, em 1891, apresenta-se como lavrador e solicita passaporte para o Rio de Janeiro, situação que nos impressiona na medida em que um homem com este perfil deveria ter atingido estatuto sócio-profissional diferente, ou o facto de se apresentar ligado às lides agrícolas tem outro significado. Ficamos sem podermos esclarecer este caso, contudo, os documentos permitem-nos apresentar este quadro, que pode ser esclarecido com mais elementos quando se estudarem as restantes emissões. Ver *Passaporte nº 506*, *Livro nº 43*, folha 157, pedido em 16 de Setembro de 1889; *Passaporte nº 616*, *Livro nº 44*, folha 172, emitido em 30 de Maio de 1891. Não encontramos, com este nome, mestre do ensino oficial no século XIX, porém, havia muitos que ministravam em escolas particulares.

⁴¹ Outro professor das primeiras letras, natural de Neiva, Viana do Castelo, a residir em Carreço, onde o pai, Manuel Joaquim Martins Peixoto, leccionou até 1870, tendo passado ainda por Areosa e, no fim da carreira, foi colocado em Castelo de Neiva. O filho aos 23 anos saiu para o Rio de Janeiro, identificado como professor das primeiras letras. Mais tarde, volvidos 18 anos, em 1888 requereu nova saída, tendo agora o perfil de negociante, tal como aconteceu em 1893, sempre no estado civil de solteiro e a exhibir dotes de boa caligrafia. Cf. *Passaporte nº 134*, *Livro nº 14*, folha 31v, exarado em 27 de Junho de 1870; *Passaporte nº 434*, *Livro nº 42*, folha 129v, aviado em 23 de Maio de 1888. Ver, sobre escolas e professores, o capítulo específico onde constam os docentes do distrito de Viana ao longo do século XIX.

Fixemos a nossa atenção no grupo dos que experimentaram novas actividades, num total de 266 homens, correspondendo a 93,7% dos instruídos. Confirma-se que a capacidade de progressão do modo de vida é proporcional ao grau de cultura letrada, pois a escalada tem como principais actores os negociantes, proprietários, comerciantes e caixeiros, gente instruída que passou pelos vários degraus da pirâmide. Eram quase sempre estudantes e caixeiros em tirocínio até conseguirem o estatuto mais elevado, o de homem de negócio ou o capitalista, como ocorreu relativamente aos colegas nascidos nas aldeias.

A cidade apresenta-nos os marítimos como categoria menos evolutiva, seguindo-se os negociantes e proprietários, situação decorrente do facto dos primeiros não serem verdadeiros emigrantes, mas profissionais que obtinham a passagem como empregados das embarcações. Os caixeiros e proprietários também figuram entre os mais estáveis, quer porque já tinham um bom estatuto ou porque os balconistas em causa e com um único registo de profissão não necessitaram de fazer constar o tipo de mester depois de terem regressado.

Inferimos que o sucesso, especialmente entre os habilitados pela arte de ler, escrever e contar, proporcionou um quadro sócio-profissional cuja evolução tem como ponto fulcral as capacidades intelectuais e a literacia, sendo protagonizado por quem era escolarizado, quer houvesse ou não menção às tarefas que desempenhavam. A primeira actividade estava ligada ao trabalho de apoio nos serviços. Alguns jovens, na casa dos vinte aos trinta, apresentam-se como empregados de comércio; mais tarde, encontrámo-los como negociantes; segue-se a profissão de comerciantes e, por fim, a de proprietário ou mesmo a da capitalista, da mesma forma como apurámos para os colegas da periferia. Em síntese, a mobilidade sócio profissional é mais intensa entre os emigrantes portadores de boas referências de cultura letrada.

Os negociantes representados neste quadro e provenientes do mundo urbano, além de terem recebido os jovens que fizeram uma aprendizagem progressiva, também acolheram indivíduos provenientes de áreas totalmente diferentes, como barbeiros, carpinteiros, um calafate, um guarda-livros, lavradores, marítimos, um ferreiro e um piloto. Esta progressão mostra que outros profissionais, especialmente os detentores de capacidades na área do escrito, também conseguiam atingir um patamar elevado. Todavia, tal caminhada era conseguida por poucos, quando não havia o tirocínio a partir da base, com habilitações literárias para ingressar na carreira de caixeiro, pois os estudantes⁴², “filhos-família”, rapazes

⁴² Temos o exemplo de um jovem estudante, exposto a quem o pai perfilhou, embarcado aos 15 anos, regressou e solicitou licença para viajar pela Europa, em 1881 com 23 de idade e, em 1888, quando tinha 29 anos, figurou como comerciante e capitalista. Cf. *Passaporte nº 380, Livro nº 17, folha 180v* relativo ao ano de 1872.

com menos de catorze anos, sem profissão declarada e com boa caligrafia, todos eles reuniam à partida habilitações para progredirem e atingirem o estatuto com que sonharam, quando os pais os enviaram para as terras do Brasil.

A mobilidade era difícil e não passava de dois escalões, quando os emigrantes eram pessoas mais velhas e provinham de contextos profissionais pouco ou nada ligados ao mundo do negócio. Mesmo assim, os comerciantes, aqui diferenciados dos negociantes, acolheram no seio da corporação um caiador, um carpinteiro, um barbeiro, um marceneiro, um lavrador, um marítimo, um sapateiro, além dos que tiveram uma carreira programada por objectivos. Esta escassa e difícil escalada entre os naturais dos burgos só foi permitida a alguns, os mais aptos e, certamente, a quem trabalhavam no comércio da própria arte, embora não saibamos qual foi a moldura para estes mesteiros mais humildes atingirem naquele novo estatuto.

O afunilar desta ascensão é cada vez mais notado e quase interdito à maioria dos emigrantes que não percorressem toda a escadaria até ao vértice. Sublinhamos sublinhar a presença de um carpinteiro que se transformou em proprietário e subiu à esfera do capitalismo⁴³; alguns lavradores atingiram o estatuto de proprietários; um ferreiro trepou até à profissão de negociante e depois transformou-se em proprietário⁴⁴; um servente⁴⁵ passou pela fase de trabalhador e mais tarde foi dado como proprietário, além de alguns pedreiros, um marítimo, dois lavradores, dois carpinteiros e um artista, como prova de que era possível ser bem sucedido, mesmo para quem tinha uma idade na casa dos trinta anos, mas muito difícil por ser reservado a uma minoria preparada para entrar na via certa. Os restantes,

⁴³ Francisco Araújo Cerqueira Lima, natural de Santa Maria Maior, Viana do Castelo, obteve cinco licenças, embora só tenham sido emitidas quatro em Viana. Saiu como carpinteiro em 1875, aos vinte e dois anos de idade, tendo seguido para o Pará. Regressou aos trinta com o estatuto de casado e proprietário, quando se dirigiu em viagem pela Europa com a esposa, uma jovem de 19 anos, D. Ana Rita do Vale Cerqueira Lima. Encontrámos a última saída em 1884, quando regressou ao Brasil como capitalista. Ver *Processo do Passaporte nº 40, Livro nº 26*, folha 42v do ano de 1875 e *Passaporte nº 259, livro 39*, folha 136, relativo ao ano de 1884, respectivamente primeira e última emissões, todavia, é indicado que este emigrante sai pela quinta vez, donde o poder-se pensar num primeiro embarque sem registo em Viana do Castelo.

⁴⁴ Surpreende-nos a presença de um ferreiro de 31 anos de idade, a exhibir uma caligrafia apurada, contudo, este emigrante, saído em 1889, com o passaporte nº 184, como consta no livro 43, folha 76v, aparece de novo em 1895 e em 1900, respectivamente como negociante e proprietário. Na verdade os requisitos expressos pela forma como grafou o nome mostram, neste domínio, capacidades próprias de quem teve uma boa aprendizagem das letras, certamente elementos necessários para o sucesso alcançado em pouco tempo, tendo aos 42 anos uma posição invejável como proprietário. Desconhecemos se continuou a regressar, todavia, sabemos que era casado quando decidiu partir pela primeira vez, sendo um caso raro de êxito deste nível. Cf. *Passaporte nº 97, Livro 53*, folha 73.

⁴⁵ Este caso é paradigmático, se considerarmos que se trata de um adulto em 1867, quando saiu pela primeira vez, com 36 anos de idade e a profissão de servente, porém, sabia assinar. Natural de São Paio, Arcos de Valdevez, casado e a residir no concelho de Valença, faz nova viagem em 1871, quando ficou anotada a ocupação de proprietário. Voltamos a descobrir Paulo José da Silva Sá com passaportes de regresso em 1876, tendo embarcado de novo em 1879, mas, desta vez ficou anotado o mester de trabalhador. Na quinta saída, em 1887, exibiu a licença de regresso datada de 21 de Abril de 1887, tendo regressado ao Brasil em Outubro do mesmo ano, sozinho e na condição de proprietário. Ver processos dos vários passaportes, com destaque para o de 1887, registado no *Livro 41*, folha 193, sob o nº 562 e o primeiro, em 1867, nº 108, *Livro 12*, folha 16, chancelado em 13 de Junho de 1867.

como se demonstra através destes surtos, mesmo quando se trata de homens nascidos nos centros urbanos, traçaram uma caminhada difícil.

Em conclusão, a existência de um terceiro ou mais registos de mesteres permitiu-nos acompanhar esta evolução e descobrir os percursos que trilhados pelos emigrantes até atingirem uma estatura socialmente destacável e digna, com reconhecimento pelos proventos financeiros. Se alguns, devido ao tempo de permanência, saltam para o ofício de negociante aquando da vinda a casa, outros já tinham conseguido transformar-se em proprietários. Os estudantes ou outros rapazes preparados para seguirem viagem rumo a um ofício ligado ao comércio, onde mais facilmente conseguiriam êxito, passam horizontalmente pelos degraus que conduziam ao topo da pirâmide. Invariavelmente, saem na qualidade de jovens escolarizados, depois regressam como caixeiros, mais tarde são dados na qualidade de empregados de comércio, escreventes, escriturários, negociantes, proprietários e capitalistas, sendo estes os estatutos do vértice e os sinais dos maiores êxitos hasteados pelo “brasileiro” com os quais adquiria os títulos nobilitados.

Destino à primeira travessia

Estes movimentos, organizados de acordo com o tipo de naturalidade, quer os nascidos na periferia, ou os baptizados nos burgos, permitem-nos descobrir as preferências de destino à data do solicitação dos documentos e se a mesma intenção, mais tarde, ainda imperava, ou que as direcções indicaram à hora de requererem os segundos passaportes. É certo que a maior parte indicou genericamente o Brasil, enquanto outros apontaram para a respectiva capital e um pequeno grupo anotou diferentes pontos de fixação. Assim, devido aos quantitativos para estudo, fizemos a análise de acordo com a proveniência, a instrução e o destino, estando esta variável limitada a três blocos, o “Brasil”, o Rio de Janeiro e as restantes áreas, onde também juntamos os viajantes pela Europa.

Já conhecemos os volumes destes mesteres, por isso centremos a atenção no rumo indicado pelos nascidos nas aldeias, de acordo com a instrução, cuja distribuição se encontra no quadro 8. Um grupo, no total de 1453 instruídos, não especificou a cidade ou estado concreto do Brasil, tendo manifestado o desejo de seguir para a ex-colónia. Este movimento conta, relativamente aos letrados, com 65,7%, enquanto a capital foi indicada por 21,2%, sendo os restantes distribuídos pelas áreas anteriormente referidas. Muito contribuíram os lavradores para esta orientação. Os pedreiros letrados apresentam números pouco superiores aos da média, pois os eruditos deste mester com direcção ao “Brasil”, num total de 134, correspondem a 66,3% de assinaturas. Por sua vez, os carpinteiros instruídos, se também colaboram com números assinaláveis, ficam mais de dois pontos abaixo da média.

Quando seria de imaginar que os caixeiros apontassem um local específico, encontramos destinos idênticos aos dos pedreiros; o mesmo não acontece aos negociantes, pois exibem maior equilíbrio nestas escolhas, embora a maioria se tenha alistado para qualquer parte do país. O mesmo ocorreu para quem não assentou o modo de vida, enquanto os classificados como proprietários aparecem com 60,6% de assinaturas nos documentos, saindo sem indicação do sítio exacto.

A capital do Brasil aparece referenciada de forma diferente, se considerarmos que os negociantes oriundos da periferia emergem na segunda posição dos quantitativos, já que os lavradores detêm volumes elevados para qualquer destas opções. Também as profissões de carpinteiro, pedreiro, marítimo e proprietário com assinatura nos passaportes (alfabetizados) definiram como terra do atracadouro a principal cidade do Brasil, enquanto os caixeiros se espalharam por vários estados. Estas opções não são seguidas pelos estudantes, os quais se limitaram a apontar vagamente o destino, ao matricularem-se para atravessar o Atlântico rumo à ex-colónia de oitocentos, sem indicação do sítio de desembarque ou da área de acolhimento.

Para outros estados diferentes do Rio de Janeiro, rivalizando mesmo com a capital, seguiram os pedreiros, carpinteiros, negociantes, caixeiros, proprietários e comerciantes por ordem decrescente dos quantitativos, embora os lavradores continuem a registar os maiores cálculos. Estes emigrantes limitaram as opções a menos de cem casos. Sublinhamos os números de pedreiros e caixeiros saídos para terras diferentes da capital, assim como os pintores, por apresentarem uma distribuição a favor de outras cidades.

A escolha dos analfabetos e das pessoas sem referência à cultura letrada emerge com um perfil de opções diferentes dos colegas escolarizados. Se os lavradores lideram sempre o movimento, seguidos pelos pedreiros e carpinteiros sem fixação pré-definida, agora destaca quem não deixou inscrito a profissão, além de um grupo de alfaiates, carpinteiros, trabalhadores e jornaleiros. As restantes profissões não exibem este perfil cultural, mas o Rio de Janeiro foi apontado por pessoas sem passaporte emitido no próprio nome, saídas com licenças colectivas, acompanhantes de outros familiares, e aparecem na capital a seguir aos lavradores, da mesma forma como acontece relativamente a quem se espalhou por outros estados do Brasil.

Assim, os rurais evadirem-se para espaços indiferenciados, dos quais mais de setenta em cada cem desejavam ir para o Brasil, sem determinarem o lugar específico, quer se tratasse de pessoas com conhecimentos do abecedário quer fossem iletrados. Os ofícios mais especializados, como marítimos, proprietários e negociantes foram mais precisos, ao designarem a cidade onde pretendiam fixar-se, o que não ocorreu relativamente aos

estudantes, tendo estes optado por solicitar licença sem indicação do estado de fixação concreto.

A lógica altera-se, quando observamos as opções dos urbanos. Este sector do movimento exhibe uma cota de êxodos superior a cinquenta e oito pontos, sem especificação exacta do local. O Rio de Janeiro atraiu 22,5% de tais emigrantes sem indicação do sítio para onde iam, donde o prefigurar-se um cenário diferente dos naturais das aldeias.

O fluxo saído dos centros, como anotámos anteriormente, é comandado pelos marítimos, seguindo-se os caixeiros, depois figuram os lavradores e os negociantes. As duas primeiras actividades apresentam esta mesma distribuição entre os alfabetizados embarcados para o Brasil. Das ocupações com maior impacto, são os caixeiros e os negociantes com assinatura nos passaportes que dão menor preferência a um desembarque sem especificarem o destino concreto, tendo apontado a fuga para o Brasil, respectivamente, 49,3% e 38,1% instruídos dos mesteres anteriores. Os restantes foram distribuídos pelo Rio de Janeiro e outras cidades, como se observa no quadro 8. Desta forma, à data da requisição da primeira licença, a capital foi preferida por marítimos, caixeiros e negociantes. Os lavradores letrados dos burgos do Alto-Minho não se decidiram pelo local concreto aquando da obtenção do passaporte. As várias localidades aqui agrupadas em “outros” mostram-nos que as elites dos burgos, representadas por caixeiros e negociantes, tinham uma ideia precisa do local onde desejavam ancorar.

O cenário volta a alterar-se, quando olhamos para a distribuição dos analfabetos, pois agora entram nesse grande palco os lavradores e marítimos, seguidos por sapateiros, jornaleiros e alfaiates com intenções de irem para qualquer terra, importava era tomar o vapor rumo ao Brasil.

Concluimos que a profissão e o local de destino, juntamente com as capacidades intelectuais, definem as preferências destes emigrantes, havendo uma minoria distribuída por estados específicos, com destaque para os urbanos, já que os nascidos nas várias paróquias rurais não indicam o nome do porto, decidindo o local de fixação após a chegada, na perspectiva de atingirem facilmente os objectivos da diáspora. No imaginário de quem embarcava pairava a ideia do refluxo ou pelo menos de uma regresso rápido à casa de onde se ausentaram.

Destino dos reembarcados por profissões

Se observamos comportamentos diferenciados quanto ao destino destes fluxos na primeira saída por nós detectada, tudo conjugado com o perfil de origem rural ou urbana, ir-se-á manter a mesma lógica no reembarque, depois de se terem fixado numa determinada cidade ou estado? Que áreas se destacam mais em relação à origem geográfica, literacia e novo destino? Continuamos a ter profissões de elite a revelarem-nos concretamente a cidade de desembarque ou assumem uma posição mais generalista, quando requerem as segundas licenças? Eis algumas questões a que tentaremos dar resposta nesta parte final do nosso trabalho.

A distribuição dos refluxos rurais seguidos de novo êxodo tem agora outro espectro. Por actividade temos uma ordenação onde os lavradores rurais continuam a liderar pelos números absolutos neste modelo do torna-viagem. Os instruídos aparecem com pouco mais de trinta e nove por cento das escolhas sem indicação concreta do porto ou localidade para onde se dirigem. Se o Rio de Janeiro foi indicado por menos de 15%, as restantes terras foram referenciadas por 46,2% de lavradores instruídos, naturais do mundo rural, como se observa no quadro 9.

A segunda posição, relativa aos totais de letrados com indicação do país, é ocupada por negociantes, dos quais um bom número não se preocupou em citar a cidade ou estado de fixação, quando a maioria, no acto da requisição das segundas licenças, indicou com precisão a cidade para onde seguiam. Destes negociantes mais de nove dezenas de reembarcados atracaram no Rio de Janeiro, ao contrário dos lavradores que baixaram os índices de letrados com destino a esta cidade. Os proprietários ocupam a terceira posição dos quantitativos, contudo reforçam a implantação em zonas indeterminadas, se considerarmos a escolha feita por 47,2%, cujas licenças foram requeridas sem informação concreta da fixação.

Continuando a analisar os assinantes de documentos oriundos da periferia, temos, com maior presença, os pedreiros e carpinteiros espalhados por várias localidades. Os primeiros indicaram maioritariamente uma área concreta e só trinta e cada cem não disseram com exactidão para onde rumavam. O cenário formado pelos carpinteiros é idêntico, embora 45,7% tenham reembarcado para fora da capital, apontando o respectivo estado ou cidade.

O mesmo modelo de dispersão dos carpinteiros e pedreiros à segunda viagem foi seguido por marítimos, alfaiates, trabalhadores, pintores, caixeiros e comerciantes. Todos eles deram importância a outras áreas de fixação. Entre este grupo, destacam-se os caixeiros, dos quais apenas treze regressaram à capital, enquanto 54,2% se espalharam pelos sítios onde desempenhavam funções e um grupo de trinta nada registou nos livros de passaportes.

Temos, desta forma, os negociantes e os proprietários nascidos no mundo rural, à data do reembarque a solicitar novas travessias sem indicação específica da direcção tomada, optando por fazer viagem num qualquer vapor para o Brasil. O Rio não motivou lavradores, caixeiros e alfaiates instruídos após o refluxo, pois os índices de alfabetizados com segundas licenças para esta cidade ficam abaixo dos quinze pontos. Mas os pedreiros e os pintores que entraram de novo na capital do Brasil atingem indicadores a rondar os vinte e oito casos em cada centena.

Apurámos, face aos rurais reembarcados, que a maioria tinha opções bem definidas, ao designarem como destino uma localidade concreta. Se esta opção não era assumida da mesma forma pelos proprietários e negociantes, os comerciantes viram na capital o sítio mais indicado para continuarem como emigrantes. Também os caixeiros torna-viagem não mostraram apetência por ancorar no Rio de Janeiro, tendo anunciado outras cidades, como prova de novas opções e oportunidades conseguidas em sítios diferentes da capital.

Dos aldeãos analfabetos, um pequeno grupo dirigiu-se ao Rio de Janeiro pela segunda vez. Mesmo assim, são os pedreiros e marítimos que mais viagens fizeram para esta cidade, enquanto lavradores iletrados se dispersaram por locais diferentes. O mesmo ocorreu com pedreiros, marítimos, trabalhadores, carpinteiros e alfaiates com números próximos dos iletrados à segunda evasão sem determinarem o local em concreto de fixação.

Além dos marítimos, quase sempre empregados dos barcos saídos de Viana e Caminha, os negociantes, proprietários e caixeiros urbanos optam por não esclarecer o destino em maior número de casos. Tal constatação também se prende com o volume destes movimentos de vai e vem.

Os letrados trabalhadores das embarcações tinham como direcção pré-definida a principal cidade do Brasil, lugar onde ancoravam muito frequentemente, enquanto os negociantes e proprietários instruídos optaram por indicar outras áreas diferentes do Rio de Janeiro. Esta situação não verificável relativamente aos caixeiros urbanos, que optaram por não indicar o sítio exacto para onde se dirigiam ou por atracarem novamente na capital.

No concernente a analfabetos, voltamos a ter os marítimos com maior impacto, tendo eles seguido para um porto concreto, assim como acontece aos poucos lavradores das vilas aqui arrolados, grupos responsáveis pelo maior movimento. Os iletrados de outras profissões intervêm indelevelmente neste contexto de refluxos, se exceptuarmos os sem referência ao mester, por serem, às vezes, do sexo feminino ou crianças na companhia dos progenitores, porque os reembarques de naturais dos centros administrativos têm a marca da instrução bem patenteada.

Por fim, importa sublinhar que o volume de êxodos com mais de uma viagem merece novas reflexões e deve ser tido em linha de cálculo para se apurar o número de emigrantes que foram, fizeram ou não fortuna e regressaram, pois as estatísticas contabilizam os impetrantes de licenças como ausências por anos, sem esclarecer se estamos perante um emigrante protagonista de várias travessias ou pessoas que embarcam pela primeira vez. Assim, o cruzamento da própria fonte, através do recurso aos elementos nominativos, é uma prioridade de primeira ordem para se calcular, para outros períodos e áreas, a mobilidade com um passaporte, separando os indivíduos com vários documentos de embarque.

Conclusões

Retomamos, por fim, algumas ideias anunciadas ao longo do texto. Os movimentos, quando analisados separadamente, os dos centro e os da periferia, não apresentam os mesmos modelos migratórios. Os nascidos nas vilas e na cidade de Viana, os urbanos exibem, à primeira saída, ostentam um perfil de literacia de elevado quilate. Mas também os das aldeias apresentam índices de instrução acima da média geral, como prova de que o sucesso esteve ligado às competências de que eram portadores. Os ciclos migratórios são definidos pelas gentes do campo, enquanto os urbanos apresentam um movimento mais constante, embora acompanhem os ritmos de crescimento migratório.

O reembarque, ou segundas travessias, não evidencia os ciclos de crises económicas, mas a tendência de maior crescimento inicia-se na década de setenta, crescendo intensamente até fins de oitocentos, fenómeno decorrente de um processo onde se verifica o efeito da “bola de neve”, sendo cada vez maior o número de emigrantes no reembarque. Os índices de literacia dos intervenientes no movimento apresentam-se mais expressivos, considerando que passam a fasquia dos 80%, sendo menos expressivos entre os da periferia. À medida que se caminha para o fim da centúria, mais intensa é a mobilidade do torna-viagem.

Na distribuição por concelhos, os urbanos do litoral afiguram-se com maior dinâmica, como acontece em Viana e Caminha. O volume das restantes sedes administrativas mal se distingue de muitas aldeias, pois a mobilidade é marcada por rurais, se exceptuarmos o fenómeno relativamente às duas sedes municipais referidas (Viana e Caminha). A imagem de quem saiu o campo, regressou e voltou a parir, além de exibir bons índices de literacia, com 70,5%, não é homogénea, pois o interior, onde se encontram as aldeias de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e mesmo Ponte de Lima, posiciona-se abaixo daqueles indicadores globais, não ultrapassando os sessenta e sete pontos percentuais.

No “coração” do distrito, o concelho de Paredes de Coura viu “fugir” gentes de todas as localidades mais de uma vez, sendo a própria vila relegada para segundo plano dos

cômputos. Algumas terras, como Seixas, em Caminha, Anha e Darque, em Viana, além de outras localidades, emergem deste fenómeno com grande impacto. Quadro idêntico ao de Viana observa-se no município de Melgaço, onde todas as freguesias intervieram e a vila não lidera os fluxos de embarques. O município de Ponte de Lima exhibe uma malha homogênea, onde apenas uma aldeia não viu regressar emigrantes, neste período e com passaporte emitido em Viana do Castelo. Entre as restantes áreas municipais, Arcos de Valdevez e Valença são as vilas que apresentam maiores movimentos dentro dos respectivos concelhos. Em síntese, a mobilidade do refluxo ocorre em todo o distrito, sendo poucas as terras sem participação nestas travessias à primeira viagem. A cartografia dos reembarques é mais densa e novas terras ganham destaque com a presença do “torna-viagem”, havendo em média, nas aldeias do Minho, cerca o triplo do movimento inicial.

Ao questionarmo-nos sobre as gerações que intervieram nestas dinâmicas, apurámos a existência de uma bem patenteada dicotomia rural/urbano. Os da periferia apresentam um perfil etário mais envelhecido relativamente aos do centro. Estes, os urbanos, partiam ainda jovens, pelos 12 aos 14 anos, rapazes letrados. O analfabetismo é mais visível à medida que saem depois dos vinte de idade. As famílias residentes nas vilas e cidade preparavam dos jovens, escolarizando-os, o que lhes proporcionava tempo de aprendizagem para o sucesso, regressando a casa depois da idade de cumprir o serviço militar. Os das aldeias adiam, muitas vezes, a primeira viagem para a idade dos vinte anos, embora também se iniciassem desde jovens, quando os progenitores podiam mandá-los para o tirocínio para o Brasil.

O reembarque tem como balizas etárias os 25 e os 45 anos, onde os urbanos deste movimento detêm mais de 67% das segundas viagens. A diáspora dos mais novos também se relaciona com quem era mais instruído. Os índices de literacia dos reembarcados baixam à medida que a pirâmide envelhece. São, quase sempre, os rurais quem exhibe um perfil mais idoso, havendo mesmo uma mobilidade de gerontes com mais de sessenta anos.

Quando observamos o quadro profissional, encontramos sempre os lavradores com um destaque assinalável, embora os índices de literacia sejam de menor quilate. Além dos lavradores, também os trabalhadores da pedra de origem rural se destacam neste movimento, não obstante haja pedreiros nascidos nas urbes entre os “torna-viagens”. A este grupo profissional podemos associar mesteres da construção, os carpinteiros, ofício bem representado no movimento de refluxo. Sublinhamos a presença de trabalhadores da madeira celibatários escolarizados do mundo rural, com índices de alfabetização situados nos 85,6%, quando os restantes estados civis da periferia andam cerca de seis pontos abaixo deste indicador.

Os caixeiros são, quase sempre, rapazes que tinham ido à escola. Aqui representam menos de 5% do primeiro movimento. Também os negociantes emergem com destaque nos cômputos e nos indicadores de escolarização. Outras actividades profissionais têm lugar neste quadro sócio-cultural, como os alfaiates das aldeias que intervêm com uma representação dominadora, relativamente aos urbanos. O espectro à primeira viagem é alargado, mas os reembarques apresentam novas actividades, fazendo prova de uma dinâmica profissional de sucesso, reconvertendo as competências registadas à partida e procurando outras oportunidades de sucesso.

Muitos emigrantes tiveram oportunidade de se iniciarem em novas profissões. Para o mundo rural temos 24,5% com alteração do percurso inicial. Relativamente a ignorantes, há profissões com emigrantes iletrados em constante mobilidade, mantendo o mesmo ofício desde a primeira viagem, como acontece entre alfaiate, carpinteiros, trabalhadores, marítimos, pedreiros e lavradores.

São os negociantes e os proprietários rurais quem exhibe maior mobilidade profissional e social, e entre eles há emigrantes analfabetos. Os ofícios de jornaleiro, canteiro, alfaiate, ferreiro, pintor e carpinteiro, inseridos nestes contextos de mudança de actividade, também emergem com destaque ao nível da instrução.

Sempre que estes emigrantes eram detentores de capacidades de comunicação escrita, fizeram nota de uma progressão diferente dos colegas analfabetos. O tirocínio era a melhor aprendizagem, pois assim o provam os estudantes, caixeiros e outros rapazes sem profissão que escalaram os vários degraus da pirâmide sócio-profissional, jovens que ascenderam ao estatuto de conde, visconde e comendador, entre outros. Esta promoção não estava ao alcance de todos, pois a mobilidade era difícil e não passava de dois escalões, quando os emigrantes eram pessoas mais velhas e provinham de contextos profissionais pouco ou nada ligados ao mundo do negócio. Geralmente os actores da travessia saídos precocemente tinham mais tempo e oportunidade de atingir todos os patamares desta nova hierarquia sócio-profissional.

No que concerne ao destino, voltamos a ter o “Brasil”, Rio de Janeiro, além de outros estados, como principais pontos de atracção. Os rurais embarcaram para sítios indiferenciados, tendo apontado o “Brasil” como principal lugar de destino. Mas os marítimos, proprietários e negociantes foram mais precisos na indicação do sítio para onde se dirigiam. O mesmo não acontece com os do centro, pois mais de 58% registaram o nome da cidade de ancoragem. Também os analfabetos não anotaram com todo o rigor o sítio para onde se dirigiam, o que mostra uma vontade de sair de Portugal para o Brasil, sem interessar o local ou estado concreto, à data da primeira travessia.

Quando se analisa o reembarque, o figurino relativo ao destino altera-se. Se os negociantes rurais não mostram preocupação com o local de desembarque, a dispersão por várias terras é visível entre carpinteiros e pedreiros, marítimos, alfaiates, trabalhadores, pintores, caixeiros e comerciantes. Mas o Rio de Janeiro continuava a ser o catalisador de analfabetos e emigrantes de profissão menos valorizada socialmente.

Por fim, uma nota, alertando para esta problemática das migrações. No cômputo geral dos movimentos ocorridos com licença em Viana do Castelo entre 1835-1900, entre perto de 34000 embarques, cerca de 22% correspondem ao fluxo formado pelos “torna-viagem”. Destes, como os quadros comprovam, as saídas protagonizadas por quem foi e veio apresentam, em média, cerca de três viagens, o que deve merecer uma reflexão profunda sobre as mobilidades dos dois últimos séculos, porque não se pode contabilizar viagens por emigrantes, donde resultam valores quantitativos de indivíduos superiores aos reais, por terem feito várias travessias, quando na verdade se está perante um “torna-viagem”.

Quadro 1. Remigrantes e reembarques de naturais do Alto-Minho, por anos de saída, espaços urbanos e rurais e instrução

Ano de Emissão	Remigrantes com um passaporte							Reembarques migratórios						
	Urbanos			Rurais			Total Mov.	Urbanos			Rurais			Total Mov.
	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total		Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	
1835	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
1836	3	0	3	2	0	2	5	0	0	0	0	0	0	0
1837	1	0	1	3	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0
1838	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
1839	3	0	3	2	0	2	5	0	0	0	0	0	0	0
1840	3	0	3	2	0	2	5	0	0	0	0	0	0	0
1841	2	0	2	2	0	2	4	0	0	0	0	0	0	0
1842	8	0	8	4	0	4	12	0	0	0	1	0	1	1
1843	2	1	3	4	0	4	7	0	0	0	0	0	0	0
1844	1	0	1	2	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0
1845	1	1	2	4	4	8	10	2	0	2	0	0	0	2
1846	0	0	0	1	0	1	1	0	2	2	1	1	2	4
1847	1	0	1	1	0	1	2	1	1	2	2	1	3	5
1848	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	2
1849	1	0	1	2	0	2	3	0	1	1	1	1	2	3
1850	4	1	5	8	0	8	13	0	0	0	0	0	0	0
1851	1	0	1	7	2	9	10	0	0	0	0	0	0	0
1852	2	0	2	1	1	2	4	0	0	0	0	0	0	0
1853	1	0	1	9	5	14	15	1	0	1	1	0	1	2
1854	3	0	3	14	6	20	23	0	0	0	2	0	2	2
1855	1	0	1	9	1	10	11	1	1	2	0	0	0	2
1856	4	0	4	10	4	14	18	2	0	2	4	0	4	6
1857	10	0	10	32	15	47	57	3	0	3	7	0	7	10
1858	7	3	10	27	7	34	44	3	0	3	2	2	4	7
1859	11	3	14	32	16	48	62	3	1	4	13	2	15	19
1860	5	0	5	29	15	44	49	1	2	3	5	2	7	10
1861	9	0	9	27	16	43	52	3	0	3	8	3	11	14
1862	6	2	8	22	17	39	47	4	1	5	10	7	17	22
1863	9	0	9	37	23	60	69	3	1	4	17	14	31	35
1864	4	1	5	35	12	47	52	3	0	3	18	3	21	24
1865	1	2	3	27	9	36	39	8	0	8	15	4	19	27
1866	6	0	6	37	23	60	66	10	0	10	18	6	24	34
1867	7	1	8	30	12	42	50	4	0	4	16	9	25	29
1868	8	1	9	51	11	62	71	4	0	4	18	7	25	29
1869	7	0	7	52	16	68	75	6	0	6	24	4	28	34
1870	8	2	10	67	30	97	107	4	1	5	31	17	48	53
1871	15	3	18	95	37	132	150	7	0	7	50	18	68	75
1872	15	4	19	117	58	175	194	8	4	12	75	21	96	108
1873	15	0	15	92	42	134	149	8	0	8	56	19	75	83
1874	8	4	12	91	33	124	136	5	3	8	70	30	100	108
1875	15	4	19	61	53	114	133	9	2	11	74	34	108	119

1876	8	3	11	46	23	69	80	11	2	13	73	27	100	113
1877	12	1	13	32	17	49	62	6	3	9	71	28	99	108
1878	6	1	7	47	25	72	79	14	2	16	69	29	98	114
1879	10	2	12	48	37	85	97	12	2	14	101	52	153	167
1880	8	4	12	53	33	86	98	15	3	18	94	33	127	145
1881	16	6	22	78	45	123	145	16	2	18	105	50	155	173
1882	17	10	27	73	43	116	143	31	6	37	127	58	185	222
1883	21	6	27	85	37	122	149	26	4	30	99	44	143	173
1884	13	4	17	60	30	90	107	21	2	23	108	40	148	171
1885	6	2	8	36	21	57	65	18	3	21	75	31	106	127
1886	4	4	8	45	25	70	78	26	4	30	117	56	173	203
1887	12	2	14	57	45	102	116	26	4	30	142	71	213	243
1888	11	7	18	72	41	113	131	26	12	38	142	57	199	237
1889	8	3	11	60	32	92	103	25	3	28	138	48	186	214
1890	10	5	15	64	40	104	119	36	7	43	169	74	243	286
1891	8	6	14	66	51	117	131	35	13	48	172	74	246	294
1892	8	2	10	33	24	57	67	28	6	34	128	47	175	209
1893	8	2	10	50	20	70	80	26	8	34	162	80	242	276
1894	7	4	11	36	27	63	74	36	12	48	174	75	249	297
1895	21	5	26	57	29	86	112	29	9	38	161	86	247	285
1896	7	3	10	30	10	40	50	40	12	52	181	83	264	316
1897	1	0	1	17	9	26	27	41	6	47	184	75	259	306
1898	0	0	0	12	1	13	13	45	17	62	257	104	361	423
1899	0	0	0	5	4	9	9	35	13	48	194	69	263	311
1900	1	3	4	2	1	3	7	62	18	80	227	80	307	387
Totais	433	118	551	2213	1138	3351	3902	789	193	982	4010	1677	5687	6669

Quadro 2. Primeira saída e reembarques de naturais do Alto-Minho, por concelhos, espaços urbanos e rurais e instrução

Concelhos de Naturalidade	Primeira saída de Remigrantes							Reembarques migratórios						
	Urbanos			Rurais			Total	Urbanos			Rurais			Total
	Instr.	Analf	Total	Instr.	Analf	Total		Instr.	Analf	Total	Instr.	Analf	Total	
Arcos	27	5	32	129	105	234	266	56	6	62	247	150	397	459
Caminha	94	35	129	226	51	277	406	218	80	298	436	84	520	818
Melgaço	17	4	21	92	44	136	157	41	5	46	160	55	215	261
Monção	22	3	25	173	92	265	290	36	4	40	270	117	387	427
Paredes	14	6	20	254	223	477	497	21	7	28	470	285	755	783
P. Barca	7	6	13	95	35	130	143	13	8	21	156	65	221	242
Ponte Lima	29	6	35	469	288	757	792	43	6	49	849	427	1276	1325
Valença	32	3	35	98	34	132	167	63	6	69	178	59	237	306
Viana	158	42	200	536	224	760	960	264	62	326	991	367	1358	1684
Cerveira	33	8	41	141	42	183	224	34	9	43	253	68	321	364
Alto-Minho	433	118	551	2213	1138	3351	3902	789	193	982	4010	1677	5687	6669

Quadro 3. Gerações dos refluxo e reembarques por espaços rurais e urbanos do Alto-Minho e instrução

Anos de Nascimento	Primeira Saída de Remigrantes							Reembarques						
	Urbanos			Rurais			Total	Urbanos			Rurais			Total
	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	Mov.	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	Mov.
<=1800	2	0	2	1	1	2	4	3	2	5	2	2	4	9
1801-1805	2	1	3	7	2	9	12	1	1	2	2	6	8	10
1806-1810	0	0	0	8	0	8	8	1	0	1	6	0	6	7
1811-1815	7	3	10	19	16	35	45	3	3	6	37	16	53	59
1816-1820	10	3	13	35	20	55	68	18	3	21	61	24	85	106
1821-1825	20	3	23	62	31	93	116	21	0	21	105	45	150	171
1826-1830	11	5	16	94	55	149	165	19	6	25	138	94	232	257
1831-1835	17	5	22	132	67	199	221	24	9	33	236	91	327	360
1836-1840	19	10	29	180	108	288	317	37	15	52	331	168	499	551
1841-1845	32	13	45	253	144	397	442	59	17	76	469	244	713	789
1846-1850	57	13	70	303	147	450	520	112	26	138	568	224	792	930
1851-1855	67	12	79	305	150	455	534	132	22	154	615	200	815	969
1856-1860	70	20	90	316	132	448	538	157	29	186	578	186	764	950
1861-1865	55	13	68	271	133	404	472	99	23	122	453	199	652	774
1866-1870	34	6	40	139	74	213	253	55	19	74	237	95	332	406
1871-1875	23	4	27	70	37	107	134	35	10	45	137	54	191	236
1876-1880	5	1	6	13	1	14	20	8	1	9	28	2	30	39
1881-1885	2	2	4	5	10	15	19	4	4	8	6	7	13	21
1886-1890	0	0	0	0	4	4	4	1	0	1	0	10	10	11
1891-1895	0	3	3	0	2	2	5	0	2	2	0	1	1	3
1896-1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Não refere	0	1	1	0	4	4	5	0	1	1	1	8	9	10
Total	433	118	551	2213	1138	3351	3902	789	193	982	4010	1677	5687	6669

Quadro 4. Distribuição das primeiras saídas e dos reembarques por anos de idade, espaços rurais e urbanos do Alto-Minho e instrução

Anos de Idade	Primeira saída de Remigrantes							Refluxo migratório						
	Urbanos			Rurais			Total Mov.	Urbanos			Rurais			Total Mov.
	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total		Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	
Não ref.	0	1	1	0	4	4	5	0	1	1	1	8	9	10
<=10	7	6	13	13	29	42	55	0	7	7	4	22	26	33
11	10	0	10	28	11	39	49	0	1	1	2	1	3	4
12	26	0	26	59	9	68	94	0	0	0	3	2	5	5
13	48	1	49	91	14	105	154	2	0	2	11	8	19	21
14	26	0	26	33	6	39	65	0	0	0	6	4	10	10
15	11	0	11	39	10	49	60	3	0	3	9	1	10	13
16	10	0	10	54	9	63	73	6	2	8	5	4	9	17
17	11	2	13	53	7	60	73	4	1	5	7	2	9	14
18	17	1	18	48	11	59	77	4	0	4	15	1	16	20
19	13	1	14	34	12	46	60	15	0	15	13	3	16	31
20	11	2	13	56	22	78	91	9	2	11	21	3	24	35
21	16	2	18	100	50	150	168	13	1	14	42	3	45	59
22	18	3	21	148	78	226	247	17	2	19	52	9	61	80
23	16	5	21	117	58	175	196	14	2	16	68	19	87	103
24	17	7	24	110	65	175	199	26	2	28	77	20	97	125
25	18	8	26	93	58	151	177	32	5	37	82	32	114	151
26	18	5	23	104	55	159	182	24	3	27	101	40	141	168
27	9	3	12	94	55	149	161	20	3	23	128	50	178	201
28	14	7	21	64	51	115	136	29	10	39	143	61	204	243
29	14	9	23	82	40	122	145	32	5	37	141	67	208	245
30	13	2	15	75	38	113	128	43	5	48	150	55	205	253
31	7	6	13	78	39	117	130	30	11	41	166	74	240	281
32	6	5	11	59	34	93	104	27	10	37	168	56	224	261
33	8	4	12	59	40	99	111	34	6	40	133	60	193	233
34	7	3	10	49	32	81	91	25	12	37	159	62	221	258
35	9	4	13	42	29	71	84	26	5	31	178	49	227	258
36	9	2	11	48	24	72	83	31	9	40	164	68	232	272
37	6	5	11	38	21	59	70	31	5	36	153	45	198	234
38	1	4	5	41	23	64	69	22	10	32	156	55	211	243
39	4	0	4	40	22	62	66	27	3	30	130	47	177	207
40	6	1	7	35	27	62	69	24	8	32	138	49	187	219
41	3	4	7	39	22	61	68	29	5	34	131	53	184	218
42	7	0	7	17	16	33	40	25	3	28	124	61	185	213
43	5	0	5	25	11	36	41	20	4	24	92	52	144	168
44	3	2	5	20	14	34	39	19	3	22	105	44	149	171
45	1	5	6	14	18	32	38	18	6	24	108	46	154	178
46	0	1	1	20	16	36	37	16	1	17	99	39	138	155
47	2	1	3	12	9	21	24	10	7	17	72	54	126	143
48	0	0	0	10	6	16	16	14	5	19	71	51	122	141
49	1	0	1	2	8	10	11	10	2	12	73	35	108	120
50	1	0	1	9	2	11	12	5	6	11	53	34	87	98
51	1	1	2	12	6	18	20	8	4	12	60	18	78	90
52	0	1	1	5	4	9	10	5	0	5	43	20	63	68
53	0	2	2	3	4	7	9	1	1	2	44	22	66	68
54	0	0	0	6	5	11	11	5	2	7	40	26	66	73
55	0	0	0	1	2	3	3	3	1	4	35	19	54	58
56	0	0	0	7	3	10	10	5	1	6	38	15	53	59
57	0	1	1	3	2	5	6	1	2	3	25	14	39	42
58	0	0	0	7	0	7	7	2	0	2	18	9	27	29
59	0	0	0	6	2	8	8	3	1	4	20	10	30	34
60	1	0	1	3	1	4	5	2	1	3	31	9	40	43
>=61	2	1	3	8	4	12	15	18	7	25	102	66	168	193
Totais	433	118	551	2213	1138	3351	3902	789	193	982	4010	1677	5687	6669

Quadro 5. Primeira saída e reembarques de naturais do Alto-Minho, por concelhos, áreas urbanas e rurais, estado civil e instrução

Concelhos de Naturalidade	Primeira saída de Remigrantes							Reembarque migratório						
	Urbanos			Rurais			Total Mov.	Urbanos			Rurais			Total Mov.
	Sol.	Cas/vi	Total	Sol.	Cas/vi	Total		Sol.	Cas/vi	Total	Sol.	Cas/vi	Total	
Arcos	24	8	32	121	113	234	266	37	25	62	133	264	397	459
Caminha	63	66	129	163	114	277	406	50	248	298	152	368	520	818
Melgaço	17	4	21	83	53	136	157	29	17	46	95	120	215	261
Monção	14	11	25	171	94	265	290	18	22	40	163	224	387	427
Paredes	13	7	20	269	208	477	497	15	13	28	285	470	755	783
P. Barca	8	5	13	79	51	130	143	8	13	21	105	116	221	242
Ponte Lima	29	6	35	435	322	757	792	28	21	49	437	839	1276	1325
Valença	33	2	35	82	50	132	167	43	26	69	105	132	237	306
Viana	130	70	200	447	313	760	960	131	195	326	471	887	1358	1684
Cerveira	22	19	41	118	65	183	224	18	25	43	125	196	321	364
Total	353	198	551	1968	1383	3351	3902	377	605	982	2071	3616	5687	6669

Quadro 6. Profissões ao primeiro embarque por áreas geográficas, estado civil e instrução de emigrantes saídos entre 1835-1900

Profissões	Rurais							Urbanos						
	Solteiros			Casados/viúvos			Total Rural	Solteiros			Casados/viúvos			Total Urban.
	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total		Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	
Alfaiates	35	16	51	26	9	35	86	3	2	5	2	4	6	11
Artistas	7	1	8	1	0	1	9	1	0	1	1	0	1	2
Barbeiros	2	0	2	0	0	0	2	12	1	13	2	0	2	15
Barqueiros	0	1	1	0	4	4	5	0	0	0	0	0	0	0
Caiadores	25	7	32	27	13	40	72	2	1	3	5	4	9	12
Caixeiros	103	2	105	2	0	2	107	70	0	70	1	0	1	71
Canteiros	7	1	8	6	2	8	18	0	0	0	0	0	0	0
Cantoneiros	1	0	1	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Capitalistas	2	0	2	2	0	2	4	0	0	0	0	0	0	0
Carpinteiros	89	15	104	57	15	72	176	7	0	7	5	0	5	12
Comerciantes	30	2	32	3	0	3	35	16	0	16	4	0	4	20
Costureira	0	5	5	0	2	2	7	2	0	2	1	1	2	4
Criados	7	15	22	1	0	1	23	1	0	1	1	0	1	2
Domésticas	1	0	1	2	8	10	11	1	0	1	2	0	2	3
Emprega. comércio	3	0	3	0	0	0	3	3	0	3	0	0	0	3
Estucadores	3	0	3	4	1	5	8	1	0	1	1	0	1	2
Estudantes	24	0	24	0	0	0	24	33	0	33	0	0	0	33

Ferreiros	20	0	20	9	3	12	32	1	0	1	1	0	1	2
Jornaleiros	8	8	16	5	11	16	32	1	0	1	3	0	3	4
Lavradores	585	381	966	475	342	817	1783	23	13	36	17	16	33	69
Marítimos	22	9	31	28	16	44	75	44	14	58	45	26	71	129
Negociantes	107	3	110	16	1	17	127	31	0	31	11	0	11	42
Padeiros	2	1	3	1	2	3	6	0	0	0	0	1	1	1
Padres	4	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Pedreiros	103	42	145	99	53	152	297	4	0	4	4	5	9	13
Pescadores	5	0	5	3	5	8	13	1	2	3	0	0	0	3
Pintores	15	0	15	9	5	14	29	2	0	2	0	0	0	2
Proprietários	45	4	49	26	7	33	82	13	0	13	4	0	4	17
Sapateiros	14	2	16	5	2	7	23	2	1	3	4	3	7	10
Serralheiros	4	0	4	1	1	2	6	1	0	1	0	0	0	1
Serventes	5	4	9	0	0	0	9	0	0	0	1	0	1	1
Tamanqueiros	0	1	1	4	0	4	5	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores	11	13	24	6	13	19	43	1	2	3	0	1	1	4
Não referido	68	51	119	13	26	39	158	21	7	28	0	13	13	41
Várias (*)	19	8	27	6	4	10	35	13	0	13	8	1	9	22
Total	1376	592	1968	837	546	1383	3351	310	43	353	123	75	198	551

(*) Agricultor, almocreve, calafate, cesteiros, escreventes, farmacêuticos⁴⁶, fazendeiros, funileiros, fogueteiros, guarda-livros, músico, madeireiro, oleiro, preguiro, professores, tipógrafo, telheiro, vendeira, entre outros.

⁴⁶ O farmacêutico não aparece conotado com o boticário, contudo as referências não apontam para o perfil de proprietário ou administrador, mas sim o de funcionário, o que prepara remédios e avia as receitas, assim como nem todos, nos burgos, eram os gerentes ao contrário do que nos é apresentado por: GODY, Marcelo Magalhães- *Dicionário das ocupações em Minas Gerais no Século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial*, Universidade de Minas Gerais/Faculdade de Ciências Económicas, Minas Gerais, 1994, anexo 5, pp. 23- 38.

Quadro 7. Actividades à data do reembarque, por áreas, estado civil e instrução, registadas entre 1842-1900

Profissões	Reembarques Rurais							Reembarques Urbanos						
	Solteiros			Casados/viúvos			Total	Solteiros			Casados/viúvos			Total
	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	Rural	Instru.	Anal/ig	Total	Instru.	Anal/ig	Total	Urban
Alfaiates	38	1	39	76	27	103	142	1	0	1	4	4	8	9
Artistas	8	1	9	6	1	7	16	3	0	3	2	0	2	5
Barbeiros	4	1	5	0	0	0	5	8	0	8	6	0	6	14
Barqueiros	1	1	2	3	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0
Caiadores	9	1	10	28	18	46	56	1	1	2	5	7	12	14
Caixeiros	84	1	85	10	0	10	95	49	0	49	2	0	2	51
Canteiros	10	3	13	19	7	26	39	0	0	0	0	0	0	0
Capitalistas	2	0	2	10	1	11	13	2	0	2	2	0	2	4
Carpinteiros	88	10	98	142	34	176	274	4	0	4	12	0	12	16
Chapeleiros	3	0	3	1	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0
Comerciantes	69	2	71	37	1	38	109	42	0	42	11	0	11	53
Costureira	3	5	8	0	6	6	14	1	2	3	1	2	3	6
Cozinheiros	4	1	5	0	1	1	6	0	0	0	1	0	1	1
Criados/ criadas	2	2	4	3	10	13	17	0	0	0	0	0	0	0
Domésticas	0	4	4	9	13	22	26	2	2	4	3	1	4	8
Emprega. comércio	12	0	12	2	0	2	14	6	0	6	3	0	3	9
Estucadores	10	0	10	11	2	13	23	1	0	1	1	0	1	2
Estudantes	5	0	5	0	0	0	5	4	0	4	0	0	0	4
Farmacêuticos	3	0	3	1	0	1	4	1	0	1	0	0	0	1
Ferreiros	16	1	17	27	5	32	49	2	0	2	4	2	6	8
Funileiros	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	3	4
Guarda-livros	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	4
Jornaleiros	11	6	17	6	6	12	29	0	0	0	2	0	2	2
Lavradores	576	314	890	1244	721	1965	2855	14	12	26	22	19	41	67
Marceneiros	2	0	2	1	0	1	3	3	0	3	3	0	3	6
Marítimos	23	7	30	110	92	202	232	40	10	50	195	78	273	323
Negociantes	218	10	228	142	6	148	376	88	1	89	74	1	75	164
Oleiros	1	0	1	3	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0
Padeiros	5	2	7	1	1	2	9	0	0	0	0	0	0	0
Padres	9	0	9	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Pedreiros	91	36	127	192	76	268	395	2	0	2	4	9	13	15
Pescadores	1	1	2	10	8	18	20	0	0	0	0	3	3	3
Pilotos	2	0	2	0	0	0	2	0	0	0	4	0	4	4
Pintores	26	0	26	78	11	89	115	5	0	5	5	1	6	11
Proprietários	95	13	108	176	24	200	308	29	1	30	52	2	54	84
Sapateiros	14	3	17	11	1	12	29	1	2	3	7	4	11	14
Serralheiros	4	0	4	3	1	4	8	2	0	2	2	0	2	4
Tamanqueiros	0	0	0	4	1	5	5	0	0	0	1	0	1	1
Trabalhadores	52	30	82	43	32	75	157	2	2	4	3	2	5	9
Não referido	34	45	79	24	51	75	154	9	10	19	11	12	23	42
Várias (*)	23	12	35	19	7	26	61	6	1	7	11	2	13	20
Total	1558	513	2071	2452	1164	3616	5687	333	44	377	456	149	605	982

(*) Agricultores, almocreve, armadores, arquitecto, calafates, cesteiros, cabeleireiro, cocheiros, escreventes, escultor, fogueteiros, industrial, lojista, ourives, seleiro, músico, seringueiro, estivador, estalajadeiros, professor, tipógrafo, mecânicos, engenheiro, espingardeiro, cocheiro, pescadores, tintureiro, entre outras actividades.

Quadro 8. Movimentos com o primeiro passaporte por actividades, origem rural e urbana, literacia e destino entre 1835-1900

Profissões	Remigrantes Rurais							Remigrantes Urbanos						
	Instruídos			Iletrados/não ref			Total Rural	Instruídos			Iletrados/não ref			Total Urbano
	Brasil	Rio J	Outros	Brasil	Rio J	Outros		Brasil	Rio J	Outros	Brasil	Rio J	Outros	
Alfaiates	47	9	5	19	4	2	86	2	1	2	3	2	1	11
Artistas	5	2	0	1	0	1	9	2	0	0	0	0	0	2
Barbeiros	2	0	0	0	0	0	2	10	3	1	1	0	0	15
Barqueiros	0	0	0	3	1	1	5	0	0	0	0	0	0	0
Caiadores	35	7	10	12	2	6	72	5	2	0	2	2	1	12
Caixeiros	70	15	20	2	0	0	107	35	19	17	0	0	0	71
Canteiros	10	3	1	3	0	1	18	0	0	0	0	0	0	0
Cantoneiros	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Capitalistas	1	3	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Carpinteiros	92	32	22	18	9	3	176	5	1	6	0	0	0	12
Comerciantes	19	3	11	1	0	1	35	11	4	5	0	0	0	20
Costureira	0	0	0	7	0	0	7	2	0	1	0	1	0	4
Criados	5	2	1	11	3	1	23	1	0	0	0	0	1	2
Domésticas	3	0	0	2	3	3	11	2	1	0	0	0	0	3
Emprega. comércio	1	1	1	0	0	0	3	1	0	2	0	0	0	3
Estucadores	2	1	4	0	1	0	8	0	0	2	0	0	0	2
Estudantes	22	1	1	0	0	0	24	23	5	5	0	0	0	33
Ferreiros	19	6	4	2	0	1	32	1	1	0	0	0	0	2
Jornaleiros	9	2	2	14	2	3	32	1	0	0	3	0	0	4
Lavradores	730	232	98	520	159	44	1783	30	5	5	20	5	4	69
Marítimos	23	20	7	13	8	4	75	54	23	12	33	6	1	129
Negociantes	69	34	20	1	1	2	127	16	12	14	0	0	0	42
Padeiros	1	1	1	1	1	1	6	0	0	1	0	0	0	1
Padres	3	0	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Pedreiros	134	25	43	60	12	23	297	6	1	1	2	1	2	13
Pescadores	3	2	3	3	0	2	13	1	0	0	2	0	0	3
Pintores	17	1	6	1	2	2	29	1	1	0	0	0	0	2
Proprietários	43	16	12	4	4	3	82	9	4	4	0	0	0	17
Sapateiros	11	4	4	3	1	0	23	2	1	2	3	1	1	10
Serralheiros	3	1	1	0	1	0	6	1	0	0	0	0	0	1
Serventes	4	1	0	4	0	0	9	1	0	0	0	0	0	1
Tamanqueiros	4	0	0	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores	7	9	1	14	9	3	43	1	0	0	1	1	1	4
Indeterminado	46	24	11	46	17	14	158	10	8	8	4	7	4	41
Várias	12	12	1	9	0	1	35	13	6	1	2	0	0	22
Total	1453	469	291	775	241	122	3351	246	98	89	76	26	16	551

Quadro 9. Reembarques por mesteres, origem rural e urbana, literacia e destino dos movimentos do alto-minho, entre 1842-1900

Actividades Profissionais	Reembarques Rurais							Reembarques Urbanos						
	Instruídos			Iletrados/não ref.			Total Rural	Instruídos			Iletrados/não ref.			Total Urban
	Brasil	Rio J.	Outro	Brasil	Rio J.	Outro		Brasil	Rio J.	Outro	Brasil	Rio J.	Outro	
Alfaiates	44	9	61	10	4	14	142	3	0	2	2	2	0	9
Artistas	2	8	4	0	1	1	16	1	2	2	0	0	0	5
Barbeiros	2	2	1	0	0	0	5	6	7	1	0	0	0	14
Barqueiros	3	0	1	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Caiadores	14	13	10	3	8	8	56	2	2	2	2	4	2	14
Caixeiros	30	13	51	0	1	0	95	28	12	11	0	0	0	51
Canteiros	12	6	11	1	2	7	39	0	0	0	0	0	0	0
Capitalistas	6	5	1	1	0	0	13	2	1	1	0	0	0	4
Carpinteiros	69	56	105	15	12	17	274	6	7	3	0	0	0	16
Chapeleiros	2	0	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Comendadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	4
Comerciantes	28	44	34	2	1	0	109	24	10	19	0	0	0	53
Costureira	1	2	0	5	2	4	14	1	1	0	0	4	0	6
Cozinheiros	3	0	1	2	0	0	6	0	1	0	0	0	0	1
Criados/criadas	2	2	1	7	1	4	17	0	0	0	0	0	0	0
Domésticas	5	4	0	7	3	7	26	1	3	1	0	1	2	8
Emprego comércio	7	6	1	0	0	0	14	0	6	3	0	0	0	9
Estucadores	10	8	3	0	2	0	23	0	1	1	0	0	0	2
Estudantes	0	0	5	0	0	0	5	3	1	0	0	0	0	4
Farmacêuticos	1	1	2	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	1
Ferreiros	11	6	26	2	1	3	49	6	0	0	0	0	2	8
Funileiros	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	4
Guarda-livros	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	4
Jornaleiros	5	4	8	3	2	7	29	0	2	0	0	0	0	2
Lavradores	716	264	840	467	113	455	2855	16	10	10	9	16	6	67
Marceneiros	1	0	2	0	0	0	3	3	1	2	0	0	0	6
Marítimos	48	31	54	35	23	41	232	77	92	66	24	34	30	323
Negociantes	140	92	128	4	6	6	376	50	51	61	0	0	2	164
Oleiros	3	0	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Padeiros	2	2	2	1	2	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Padres	3	2	4	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
Pedreiros	85	79	119	39	25	48	395	3	2	1	1	2	6	15
Pescadores	0	6	5	0	6	3	20	0	0	0	1	1	1	3
Pilotos	0	0	2	0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	4
Pintores	30	30	44	1	5	5	115	5	3	2	0	1	0	11
Proprietários	128	59	84	20	7	10	308	31	17	33	0	1	2	84
Sapateiros	9	2	14	2	0	2	29	0	4	4	2	4	0	14
Serralheiros	2	3	2	1	0	0	8	1	0	3	0	0	0	4
Tamanqueiros	2	0	2	0	1	0	5	1	0	0	0	0	0	1
Trabalhadores	37	18	40	23	14	25	157	1	1	3	1	3	0	9
Indeterminado	19	16	23	45	19	32	154	7	4	9	6	9	7	42
Várias	11	13	17	6	6	8	61	4	1	9	1	0	1	16
Total	1493	806	1711	703	267	707	5687	285	248	256	49	82	62	982

